

ECATD-CAD

Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e
outros Comportamentos Aditivos e Dependências

Portugal 2024

Relatório Regional



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



ICAD
Instituto para os Comportamentos
Aditivos e as Dependências, I.P.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

ECATD-CAD. Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências. Portugal 2024. Relatório Regional

AUTORES

Elsa Lavado, Vasco Calado

GRAFISMO

Layout: ICAD, IP. / Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação

Conteúdo: ICAD, IP. / Departamento de Investigação, Monitorização e Comunicação / Unidade de Estatística e Investigação

CAPA

Foto de [Nathan Dumlao \(Unsplash\)](#)

EDITOR

ICAD, IP. – Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, IP.

Parque de Saúde Pulido Valente, Alameda das Linhas de Torres – Nº. 117, Edifício ICAD, 1750-147 Lisboa

DATA DE EDIÇÃO

Dezembro de 2025

ISBN

978-989-36386-7-5



ECATD-CAD

Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros
Comportamentos Aditivos e Dependências

Portugal 2024

Relatório Regional

2025

Sumário Executivo

Os resultados da atual edição do ECATD-CAD apontam para uma descida generalizada, a nível nacional, dos comportamentos aditivos entre alunos do ensino público com idades entre os 13 e os 18 anos. A mesma tendência verifica-se no plano regional, sendo que, no que se refere ao consumo de substâncias psicoativas, todas as regiões registam hoje prevalências inferiores às obtidas em 2019, quando se realizou a anterior edição do estudo. Em contrapartida, no que respeita os comportamentos aditivos sem substância, a prática de jogo a dinheiro é hoje mais prevalente em todas as regiões do país. Entre 2019 e 2024, também a prevalência de jogo eletrónico aumentou nas diversas regiões, exceto no Alentejo, onde subiu muito ligeiramente em dias de escola e desceu da mesma forma em dias sem escola.

Entre os alunos do ensino público, o panorama regional referente aos comportamentos aditivos varia de região para região, sendo que, face ao estudo anterior, considerando o conjunto dos indicadores considerados, as discrepâncias regionais aumentaram mais do que diminuíram. Face ao estudo anterior, a discrepância regional aumentou sobretudo no caso do consumo de álcool e de tabaco e também das percepções de acessibilidade, tendo diminuído especialmente nos indicadores relativos à precocidade dos consumos, ao consumo de canábis e à prática de jogo a dinheiro.

É no que respeita ao consumo de álcool que se verifica a discrepância regional mais acentuada em termos absolutos, merecendo também destaque a variação do ponto de vista relativo no que concerne à frequência de comportamentos de risco acrescido associados ao álcool. A discrepância regional é igualmente relevante, sobretudo do ponto de vista relativo, no que concerne ao tabaco e às drogas ilícitas, sendo que, no que diz respeito ao consumo prescrito e não-prescrito de medicamentos psicoativos, os valores tendem a ser bastante aproximados do total nacional nas diferentes regiões do país. Já no que se refere ao jogo eletrónico e ao jogo a dinheiro as discrepâncias regionais são mais relevantes, mas menos acentuadas do que no caso do consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas.

De uma forma geral, a presente edição do estudo confirma o que se tem vindo a concluir com este e outros estudos que o ICAD realiza periodicamente junto da população juvenil, isto é, que Alentejo, Algarve e Açores são as regiões que se destacam por uma maior prevalência de comportamentos aditivos entre os jovens, em geral, e os alunos do ensino público, em particular, enquanto Norte e Madeira se destacam em sentido contrário. No entanto, o panorama depende do que estiver em causa, pois mesmo as regiões que apresentam prevalências tendencialmente superiores ao total nacional não deixam de registar valores inferiores no que se refere a determinados indicadores. Para além de que analisar prevalências e frequências de consumo

pode apontar em direções opostas, uma vez que a região onde determinado fenómeno é mais prevalente nem sempre corresponde àquela onde é mais frequente.

De acordo com os resultados obtidos, o Alentejo, em especial, assume-se como a região onde o cenário parece ser mais gravoso entre os alunos do ensino público. O Alentejo é não só é a região onde se regista o maior consumo de álcool e de tabaco do país, como configura entre as regiões onde o consumo de substâncias psicoativas menos desceu (e, no caso do consumo não-prescrito de tranquilizantes/sedativos, onde mais subiu), por vezes de forma isolada, por vezes tanto quanto o que se verifica noutras regiões. Tal faz com que o Alentejo se destaque cada vez pelo consumo de álcool, tabaco eletrónico e tabaco aquecido do país, enquanto, no que se refere à canábis, a região está perto de alcançar o Algarve, a região que, até aqui, se destacava pelo maior consumo desta substância. Hoje, o consumo de canábis ao longo da vida e nos últimos 12 meses continua a ser mais elevado no Algarve, mas já não o é no que se refere ao consumo nos últimos 30 dias, pois neste caso, entre 2019 e 2024, as prevalências desceram mais no Algarve do que no total do país.

O país é também menos discrepante no que se refere à prática de jogo a dinheiro e jogo eletrónico por parte dos alunos, pois, entre 2019 e 2024, as prevalências subiram de forma mais acentuada nos Açores, a região que, na anterior edição do estudo, se destacava por uma prevalência consideravelmente abaixo do total nacional. Hoje, Centro e Algarve destacam-se por maiores níveis de *gaming* e *gambling*, respetivamente. O facto do Alentejo se destacar por um maior nível de consumo de álcool, tabaco e canábis (esta última, apenas no caso da temporalidade dos últimos 30 dias) e simultaneamente apresentar as menores prevalências de jogo eletrónico reforça a hipótese de que comportamentos aditivos com substância e sem substância podem ser inversamente correlacionados.

Alguns resultados apontam também para uma correlação entre consumo, precocidade e acesso a álcool, tabaco e drogas ilícitas, no sentido em que tendencialmente as regiões onde o consumo se inicia em idades mais precoces e o acesso é considerado menos dificultado são aquelas onde as prevalências de consumo são maiores.

O estudo apresenta um retrato regional dos comportamentos aditivos entre os alunos do ensino público com idades entre os 13 e os 18 anos, mas remete para a necessidade de se promoverem outro tipo de estudos, nomeadamente de natureza qualitativa e âmbito regional, por forma a explicar os fatores socioculturais que explicam que algumas regiões se destaquem de forma consistente por maiores níveis de consumo e pela adoção de comportamentos de risco acrescido e outras não.

O **Norte** é uma das regiões onde, tendo em conta os principais indicadores analisados, os comportamentos aditivos entre os alunos são menos prevalentes, destacando-se como aquela com a menor proporção de inquiridos que no último ano consumiram álcool, tabaco e drogas ilícitas. A região regista valores sempre inferiores ao total do país, com uma única exceção (e de forma residual): o consumo ao longo da vida de *nootrópicos* com indicação médica. É no Norte

que se registam as menores prevalências de consumo de outras drogas ilícitas que não canábis e de experimentação de medicamentos psicoativos sem indicação médica, sendo também a região onde a iniciação à embriaguez e à canábis se faz menos precocemente. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de tabaco na sua globalidade (-13pp.) e a subida da prática de jogo eletrónico em dias de escola (+5pp.).

O **Centro** regista valores inferiores ao total nacional apenas no que diz respeito ao consumo recente de tabaco e à prática de jogo a dinheiro, sendo que nos restantes indicadores as prevalências são iguais ou superiores ao total do país. Considerando o conjunto dos principais indicadores analisados, a região nunca se destaca pelas menores prevalências do país e apenas no que concerne ao jogo eletrónico em dias de escola regista as maiores prevalências do país. Face ao obtido em 2019, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool e de tabaco (-12pp. e -13pp., respetivamente) e a subida da prática de jogo eletrónico (+6pp., tanto em dias de escola como em dias sem escola).

Lisboa é a região que mais vezes apresenta valores próximos do total nacional, sendo que as prevalências registadas na região estão acima da média do país sobretudo no que diz respeito ao consumo de tabaco eletrónico e *shisha*, à experimentação e ao consumo recente de canábis e também ao jogo a dinheiro. É em Lisboa que a iniciação ao consumo não-prescrito de tranquilizantes/sedativos se faz menos precocemente, sendo também a única região do país onde o consumo de tabaco eletrónico se inicia mais cedo do que o consumo de tabaco eletrónico. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de bebidas alcoólicas (-16pp.) e a subida da prática de jogo a dinheiro (+7pp.).

O **Alentejo** é a região com o panorama mais gravoso, registando sempre prevalências superiores ao total nacional, exceto no caso do consumo não-prescrito de tranquilizantes/sedativos e do jogo eletrónico. A região regista as prevalências mais elevadas do país no que respeita ao consumo de álcool e comportamentos de risco associados, ao tabaco tradicional e tabaco eletrónico, outras drogas que não canábis, tranquilizantes/sedativos com e sem indicação médica e consumo não-prescrito de *nootrópicos*. É também a região onde o acesso a álcool e tabaco dito tradicional é considerado mais fácil e o consumo de tabaco eletrónico e de tranquilizantes/sedativos e a prática de embriaguez severa se iniciam mais precocemente. Em contrapartida, o Alentejo destaca-se pelas menores prevalências de jogo eletrónico do país, sendo também a região onde a prática de videojogo é menos frequente (em número de horas diárias em dias de escola e padrão de jogo numa base diária). Face ao obtido no estudo anterior, na região, merece destaque a descida do consumo recente de tabaco de combustão (-10pp.) e a subida da prática de jogo a dinheiro (+5pp.).

O **Algarve** regista valores inferiores ao total nacional apenas no que diz respeito ao consumo recente de outras drogas que não canábis, ao *binge* e à prática de jogo eletrónico, sendo que se destaca como a região do país com as maiores prevalências de jogo a dinheiro. Embora a região apresente o consumo recente de canábis mais elevado do país, os consumidores da região destacam-se pelo menor consumo diário ou quase diário desta substância. O Algarve destaca-se

também por ser a região onde o consumo de álcool e de *nootrópicos* sem indicação médica mais se faz com 13 anos ou menos, bem como é a região onde os alunos mais consideram o acesso a canábis e tabaco eletrónico fácil ou muito fácil. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool e a prática de *binge* nos últimos 30 dias (-13pp. e -12pp., respetivamente) e também a subida da prática de jogo a dinheiro (+9pp.).

A **Região Autónoma dos Açores** está acima do total nacional no que concerne ao consumo tabaco, *nootrópicos* e outras drogas que não canábis, estando abaixo no que diz respeito ao álcool e aos tranquilizantes/sedativos, bem como à prática de jogo a dinheiro. Os Açores registam as prevalências mais elevadas do país no que concerne ao jogo eletrónico em dias sem escola, sendo também a região onde a iniciação a tabaco de combustão e à canábis se faz mais cedo. Em contrapartida, é nos Açores que o jogo a dinheiro e o consumo de tabaco eletrónicos são menos prevalentes e também onde o acesso ao álcool é considerado menos facilitado pelos alunos e a iniciação ao consumo não-prescrito de *nootrópicos* se faz mais tarde. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool (-15pp.) e também a subida da prática de jogo a dinheiro (+11pp.).

A **Região Autónoma da Madeira** destaca-se por ser uma das regiões onde a situação parece menos gravosa no que aos comportamentos aditivos entre os alunos diz respeito. Os únicos indicadores em que a região regista valores superiores ao total nacional dizem respeito ao consumo de outras drogas ilícitas que não canábis, ao consumo prescrito de tranquilizantes/sedativos e ao jogo eletrónico. A região regista as prevalências menos elevadas do país no que concerne ao álcool e comportamentos de risco acrescido associados, tabaco dito tradicional, canábis. É também na Madeira que o consumo precoce de álcool e de tabaco eletrónico tem menos expressão e onde menos alunos consideram fácil ou muito fácil o acesso a canábis. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool (-14pp.) e também a subida da prática de jogo a dinheiro (+6pp.).

Agradecimentos

Como não podia deixar de ser, o primeiro agradecimento é para todos os alunos que colaboraram com o estudo, extensível aos encarregados de educação que autorizaram a sua participação. Igual agradecimento é devido a todos os professores que, de uma forma generosa, ajudaram a aplicar o questionário em sala de aula, bem como aos diretores de agrupamentos e escolas não-agrupadas que, reconhecendo a importância do projeto, aceitaram participar e disponibilizaram os meios para que a aplicação do questionário na(s) sua(s) escola(s) decorresse da melhor forma possível.

Um agradecimento especial à Dr.ª Carla Ribeiro (Coordenadora da Unidade de Estatística e Investigação) pela colaboração, suporte e apoio em todos os momentos desta jornada.

Por fim, uma palavra de agradecimento também a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este estudo, nomeadamente:

ICAD, I.P.

Conselho Diretivo - Dr. João Goulão (Presidente) e Dr. Manuel Cardoso (Vice-presidente)

Departamento de Investigação, Monitorização e Comunicação (DIMC) - Dr.ª Alcina Correia (Diretora)

Gabinete de Tecnologias e Sistemas de Informação (GTSI) - Dr. Francisco Bolas (Coordenador)

Departamento de Administração de Recursos (DAR) - Dr.ª Maria José Ribeiro (Diretora)

Ministério da Educação

Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Educação - Doutor Jorge Morais

Direção-Geral da Educação - Dr. Pedro Cunha (Diretor-Geral) e Dr. Rui Lima (Representante do Senhor Ministro da Educação na Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Dependências e do Uso Nocivo do Álcool)

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) - Dr. Nuno Rodrigues (Diretor-Geral)

Direção de Serviços de Projetos Educativos da Direção Geral da Educação/DGEEC - Dr. José Carlos Sousa (Diretor)

Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário/Direção de Serviços de Estatísticas da Educação/DGEEC

Região Autónoma dos Açores

Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto - Drª. Sofia Heleno Santos Roque Ribeiro (Secretária Regional)

Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social / Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências - Enfº. Pedro Fins (Diretor Regional)

Região Autónoma da Madeira

Direção-Regional da Saúde - Drª. Bruna Olim Gouveia (Diretora Regional da Saúde)

Direção Regional da Educação - Dr. Marco Gomes (Diretor Regional da Educação)

DRS-UCAD (Direção-Regional da Saúde-Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências) - Dr. Nélson Carvalho (Diretor)

Agradecemos a todos pela colaboração, disponibilidade e compromisso com este estudo. Um agradecimento especial à DGEEC e às Secretarias Regionais das Regiões Autónomas pela disponibilização dos dados essenciais à construção da amostra.

ÍNDICE

1. Introdução	17
Enquadramento	19
Metodologia	20
2. Resultados	23
Prevalências e padrões de consumo	25
álcool	26
tabaco	31
drogas ilícitas	36
medicamentos	40
Internet e jogo	43
Início precoce dos consumos	45
Perceções de acessibilidade	49
Evolução dos comportamentos aditivos	54
Discussão e Análise	61
Conclusão	65
Referências Bibliográficas	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Amostra. Número de escolas, turmas e alunos por NUT I e NUT II - 2024	20
Figura 2. Amostra. Inquiridos por sexo - 2024 (%)	21
Figura 3. Amostra. Inquiridos por grupo etário - 2024 (%).....	21
Figura 4. Álcool e Tabaco e Drogas ilícitas em conjunto (não são policonsumos): Prev. de consumo U12M (%)	25
Figura 5. Álcool (global). Prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias (%).....	27
Figura 6. Álcool. Prevalências de embriaguez nos últimos 12 meses e de consumo <i>binge</i> nos últimos 30 dias (%) ...	28
Figura 7. Álcool. Prevalências de consumo nos últimos 30 dias, por tipo de bebida alcoólica (%)	29
Figura 8. Tabaco (global). Prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias (%)	32
Figura 9. Tabaco. Cigarros tradicionais. Prev. de consumo longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias (%) ...	33
Figura 10. Tabaco. Cigarros eletrónicos. Prev. de consumo longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias (%) ..	34
Figura 11. Tabaco. <i>Shisha</i> e tabaco aquecido. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses (%)	35
Figura 12. Drogas ilícitas (global). Prev. de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias (%)	37
Figura 13. Drogas ilícitas. Canábis. Prev. de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias (%)	38
Figura 14. Drogas ilícitas. Outras drogas que não canábis. Prev. de consumo longo da vida e últimos 12 meses (%)	39
Figura 15. Medicamentos. Tranquilizantes/Sedativos com receita médica. Prev. de consumo longo da vida (%).....	40
Figura 16. Medicamentos. Tranquilizantes/Sedativos sem receita médica. Prev. de consumo longo da vida (%).....	41
Figura 17. Medicamentos. <i>Nootrópicos</i> com receita médica. Prevalências de Consumo ao longo da vida (%)	42
Figura 18. Medicamentos. <i>Nootrópicos</i> sem receita médica. Prevalências de consumo ao longo da vida (%)	42
Figura 19. Jogo. Jogo eletrónico. Prevalências nos últimos 30 dias (%)	44
Figura 20. Jogo. Jogo a dinheiro. Prevalências nos últimos 12 meses (%).....	44
Figura 21. Álcool. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%).....	45
Figura 22. Tabaco. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%)	46
Figura 23. Drogas ilícitas. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%).....	46
Figura 24. Medicamentos. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%).....	47
Figura 25. Álcool. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). Bebidas alcoólicas (%)	49
Figura 26. Tabaco. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). Cigarros tradicionais (%)	50
Figura 27. Drogas. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). Canábis (%)	50
Figura 28. Drogas. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). <i>Ecstasy</i> , cocaína e LSD (%)	51
Figura 29. Drogas. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). Anfetaminas e metanfetaminas (%)	52
Figura 30. Drogas. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). <i>Crack</i> , heroína e cogumelos mágicos (%).....	52
Figura 31. Medicamentos. Perceções de acessibilidade ("fácil/muito fácil"). Tranq. e nootrópicos sem receita (%) .	53
Figura 32. Álcool. Prev. de consumo, de qualquer bebida alcoólica, últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%) ..	54
Figura 33. Álcool. Prevalências de padrão de consumo <i>binge</i> , nos últimos 30 dias, por NUT II: 2019-2024 (%)	55
Figura 34. Álcool. Prevalências de padrão de embriaguez ligeira, últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)	55
Figura 35. Álcool. Prevalências de padrão de embriaguez severa, últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%) ..	56
Figura 36. Tabaco. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%).....	56
Figura 37. Drogas. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)	57
Figura 38. Canábis. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)	58
Figura 39. Outras drogas que não canábis. Prevalências de consumo últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)	58
Figura 40. Jogo. Prevalências da prática de jogo a dinheiro, nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)	59

1. INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO

O Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências (ECATD-CAD) é um estudo transversal que se replica a cada quatro anos¹. O ECATD-CAD resulta da aplicação do questionário ESPAD² em amostras representativas dos alunos do ensino público com idades entre os 13 e 18 anos, sendo que a presente edição foi a primeira cuja recolha de dados se fez online. O estudo é implementado desde 2003 e durante as primeiras edições centrou-se quase exclusivamente no consumo de álcool, tabaco, drogas ilícitas e outras substâncias psicoativas, incluindo alguns tipos de medicamentos. Em 2015, o âmbito foi alargado também a outros comportamentos aditivos sem substância, como o jogo (*gaming* e *gambling*) e a utilização da *Internet*, e desde então o espaço concedido no questionário a este tipo de fenómenos tem aumentado de forma consistente. Até 2015, o estudo foi implementado apenas em Portugal Continental, sendo que, a partir de 2019, o âmbito foi alargado às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Centrado unicamente nos alunos que completam 16 anos no ano da inquirição, o ESPAD é um estudo europeu que se realiza desde 1995 e em que Portugal participa desde o início, sendo que ao longo das várias edições já participaram 49 países europeus diferentes (ESPAD Group, 2025). Dado todos os países participantes partilharem os mesmos procedimentos metodológicos, os resultados são comparáveis a nível europeu, pelo que o ESPAD se tem afirmado cada vez mais como um estudo de referência no âmbito da epidemiologia das substâncias psicoativas, na medida em que permite acompanhar a evolução do fenómeno entre os adolescentes. Pelas mesmas razões e, sobretudo, em virtude de garantir uma amostra representativa a nível nacional e regional, o ECATD-CAD é o estudo de referência³ sobre comportamentos aditivos entre os jovens portugueses com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, sendo que, ao longo dos anos, os resultados obtidos têm permitido monitorizar a situação e a evolução epidemiológica em Portugal e, com isso, ajudar a definir e a avaliar políticas.

O presente relatório analisa os resultados obtidos em 2024 numa perspetiva regional, focando-se essencialmente nas prevalências e padrões de consumo de álcool, tabaco, drogas ilícitas e outros comportamentos aditivos, para além de duas questões em particular: a precocidade dos consumos e a percepção da facilidade de acesso às substâncias psicoativas em causa. O relatório está dividido em duas partes: na primeira, analisam-se os resultados das regiões entre si e face ao total nacional e, na segunda, é analisada a evolução de cada região face ao estudo anterior (Calado & Lavado, 2020).

¹ Devido à pandemia da COVID-19, excepcionalmente a presente edição decorreu cinco anos depois da última.

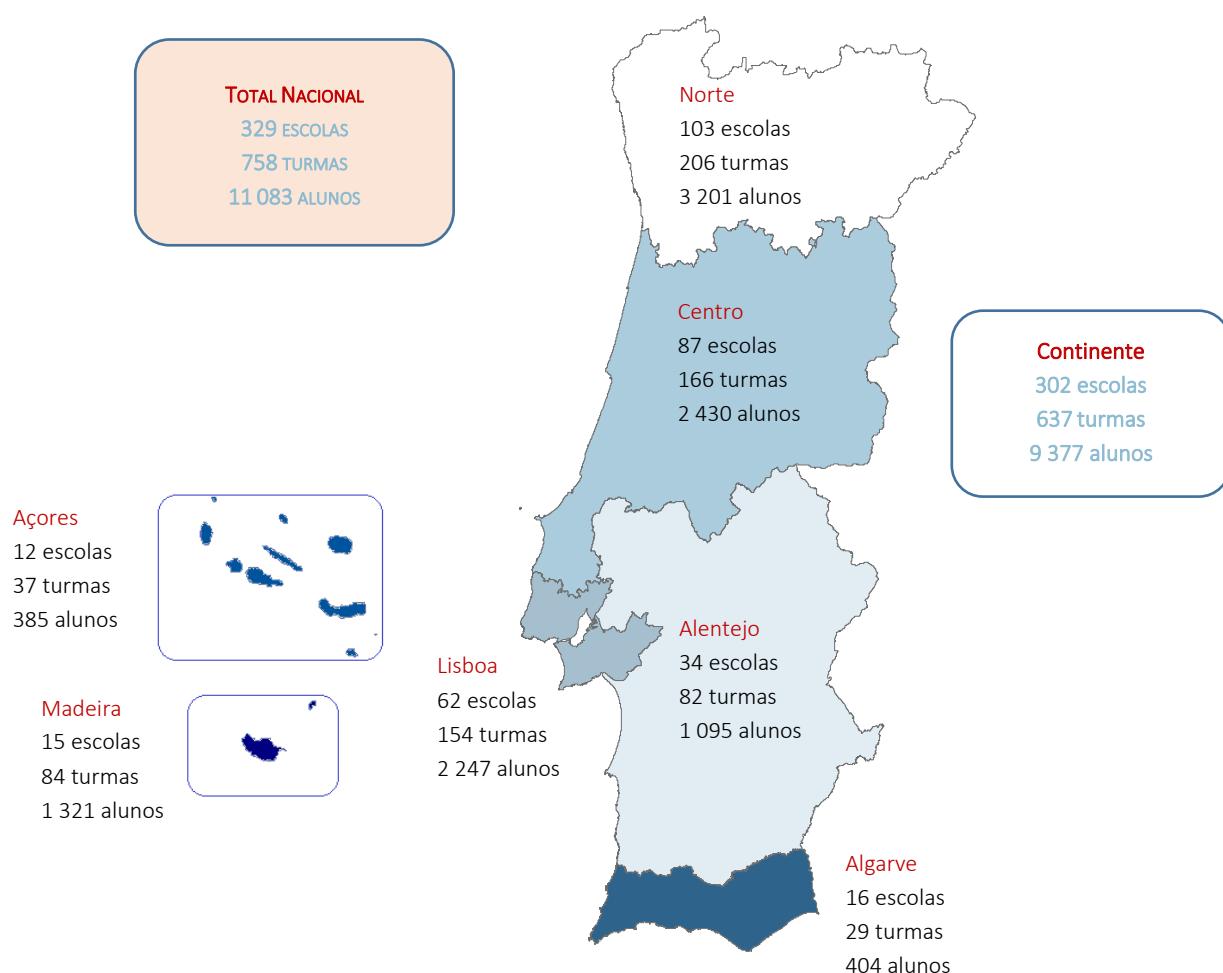
² European School Survey Project on Alcohol and other Drugs. www.espad.org

³ Para uma discussão histórica mais aprofundada acerca do ECATD-CAD e de outros estudos epidemiológicos em Portugal, remete-se para Feijão, 2017: 15-18.

METODOLOGIA

Para uma discussão detalhada dos procedimentos metodológicos, remete-se para o relatório nacional (Lavado & Calado, 2025). Não obstante, importa reforçar aqui que o planeamento amostral foi realizado em 2023, pelo que é seguida aqui a delimitação das NUTS vigente à data, não incorporando, portanto, as alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2024 (Figura 1). Desta forma, garante-se a comparabilidade dos resultados com a edição anterior. A amostra nacional é ligeiramente mais feminina do que masculina e a proporção de alunos mais velhos (16-18 anos) é ligeiramente maior do que a de alunos mais novos (13-15 anos).

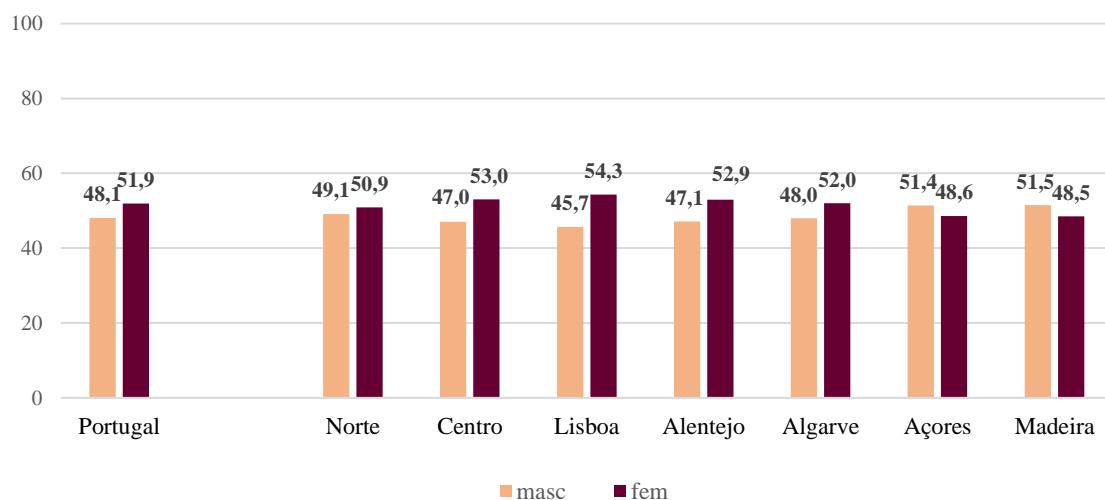
Figura 1. Amostra. Número de escolas, turmas e alunos por NUT I e NUT II - 2024



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

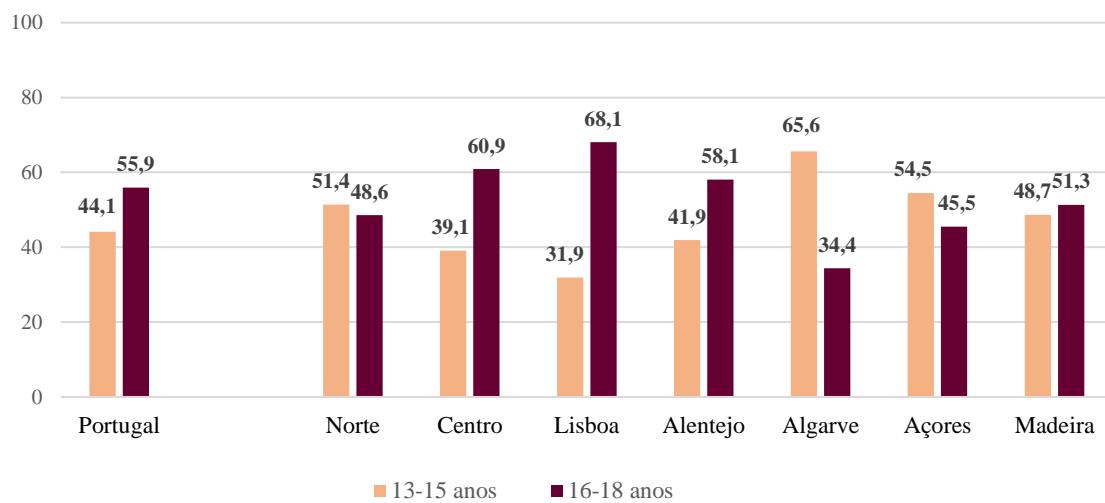
O panorama amostral não é o mesmo nas diferentes regiões do país, sendo que em Portugal Continental foram inquiridos mais elementos do sexo feminino do que do sexo masculino (de forma mais acentuada em Lisboa e menos no Norte), enquanto nas Regiões Autónomas se verifica o inverso (Figura 2). Quanto à idade, Lisboa destaca-se como a região com a maior proporção de alunos mais velhos, enquanto o Algarve se destaca em sentido contrário (Figura 3).

Figura 2. Amostra. Inquiridos por sexo - 2024 (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 3. Amostra. Inquiridos por grupo etário - 2024 (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

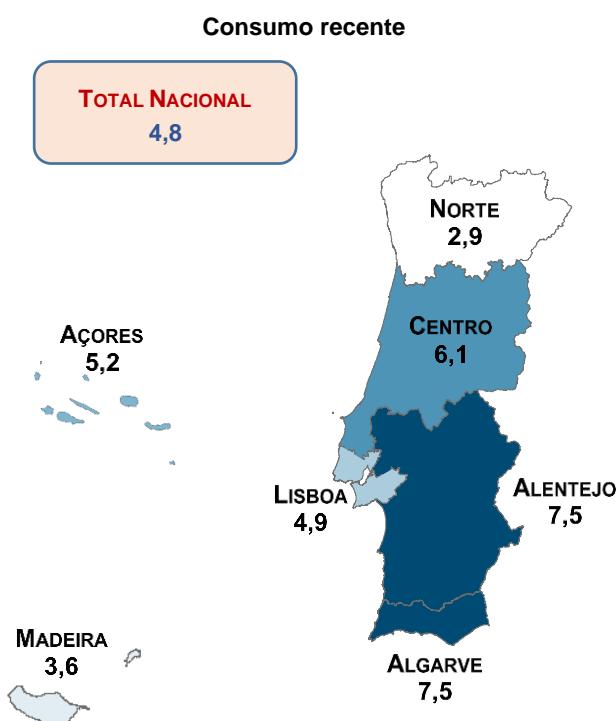
Ainda que esta seja a distribuição regional dos respondentes por sexo e por idade, os resultados apresentados daqui em diante foram obtidos a partir de uma base ponderada.

2. RESULTADOS

PREVALÊNCIAS E PADRÕES DE CONSUMO

A nível nacional, no ano anterior à inquirição, um em cada vinte alunos do ensino público com idades entre os 13 e os 18 anos consumiu **bebidas alcoólicas + tabaco + drogas ilícitas**⁴. No plano regional, no entanto, verifica-se uma discrepância proporcionalmente relevante entre as diferentes regiões, na medida em que o valor registado no Norte (3%) é menos de metade do verificado no Algarve e no Alentejo (8%). Lisboa e Açores são as únicas regiões com uma proporção de consumidores recentes dos três tipos de substâncias psicoativas semelhante ao total nacional (5%) (Figura 4).

Figura 4. Álcool e Tabaco e Drogas ilícitas: Prevalências de consumo de álcool + tabaco + drogas ilícitas nos últimos 12 meses (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

⁴ Ainda que não em simultâneo, já que não se trata necessariamente de policonsumo, dado não ser isso que está aqui em causa, antes o consumo das diferentes substâncias psicoativas ao longo do ano.

álcool

Em todas as regiões do país, o álcool é a principal substância psicoativa consumida pela população em estudo. No entanto, entre os alunos, a percentagem de consumidores de bebidas alcoólicas diverge consideravelmente de região para região. De facto, seja qual for a temporalidade considerada, o Alentejo destaca-se por um maior consumo de álcool, seguindo-se o Algarve (longo da vida e últimos 12 meses) e o Centro (últimos 30 dias), enquanto a Região Autónoma da Madeira regista as menores prevalências do país, consideravelmente abaixo do total nacional.

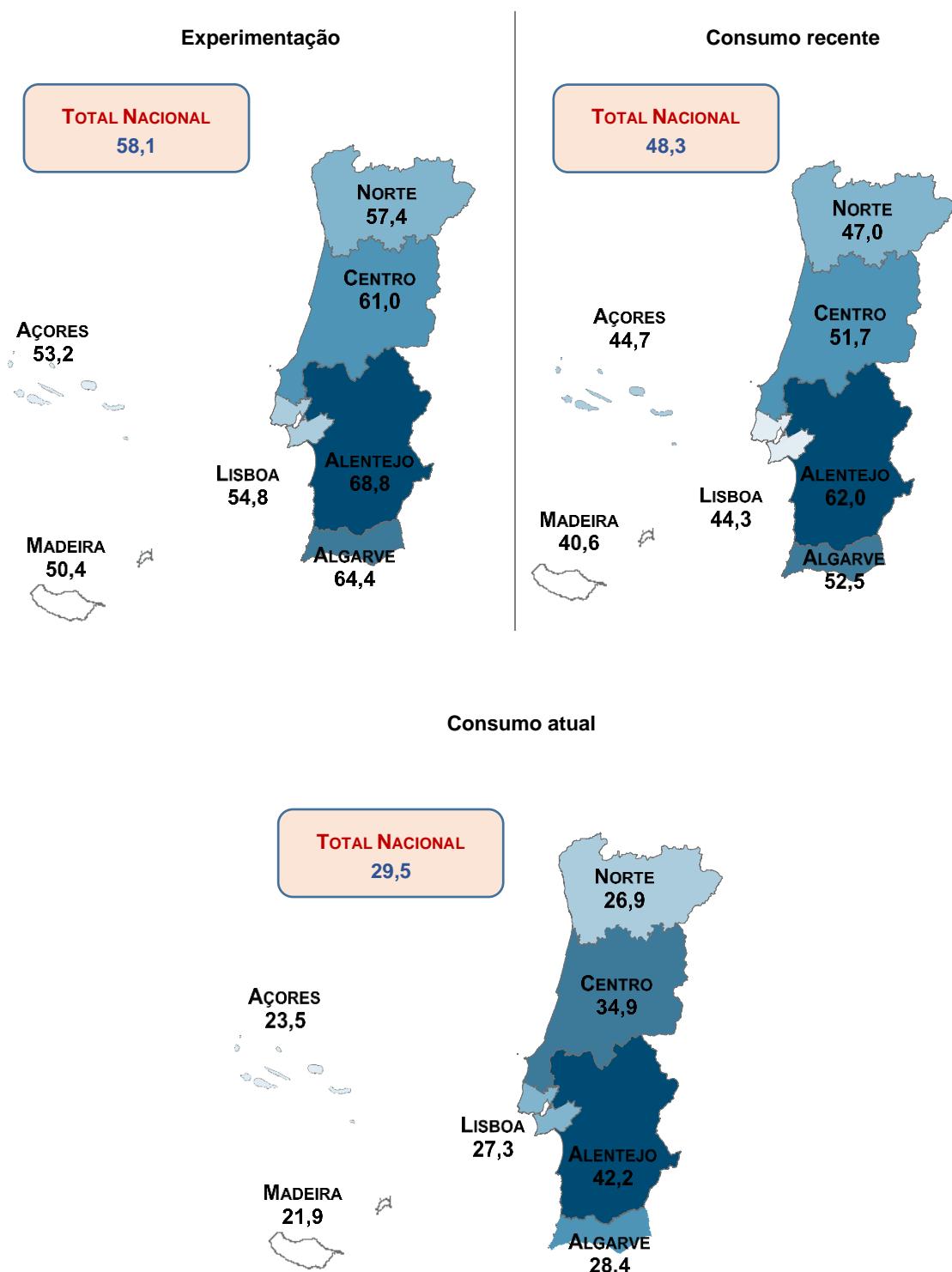
Para se ter uma ideia da magnitude da discrepância regional em causa relativamente ao consumo de álcool, constate-se que cerca de quatro em cada dez alunos do Alentejo ingeriram uma bebida alcoólica no mês anterior à inquirição, enquanto na Região Autónoma da Madeira a proporção é cerca de metade disso. O Norte é a região com valores mais próximos do total nacional no que diz respeito à experimentação e ao consumo recente, enquanto o Algarve é a região que mais se aproxima do total nacional no que concerne ao consumo atual (Figura 5).

Relativamente aos comportamentos de risco acrescido associados ao consumo de álcool, o Alentejo apresenta igualmente as prevalências mais elevadas do país. Tanto no que diz respeito à embriaguez nos últimos 12 meses como ao consumo *binge* nos últimos 30 dias, esta região regista valores (27% e 30%, respetivamente) quase duas vezes acima do total nacional (15% e 17%, respetivamente). Em sentido inverso, a embriaguez recente é menos prevalente na Madeira e também no Norte (11%, em ambas as regiões), enquanto o consumo *binge* é bem menos expressivo na Madeira (12%) (Figura 6).

Em termos proporcionais, no que diz respeito à frequência dos comportamentos de risco acrescido, as discrepâncias regionais são ainda mais acentuadas. A percentagem de inquiridos que declaram um consumo diário ou quase diário de álcool (20 ou mais ocasiões de consumo no último mês) varia entre menos de 1%, no Algarve, e 8%, no Alentejo. Quando a análise se restringe ao grupo dos consumidores atuais de álcool, Alentejo volta a destacar-se pela maior prevalência de consumo diário (18%), enquanto o Algarve se destaca novamente em sentido contrário (1%).

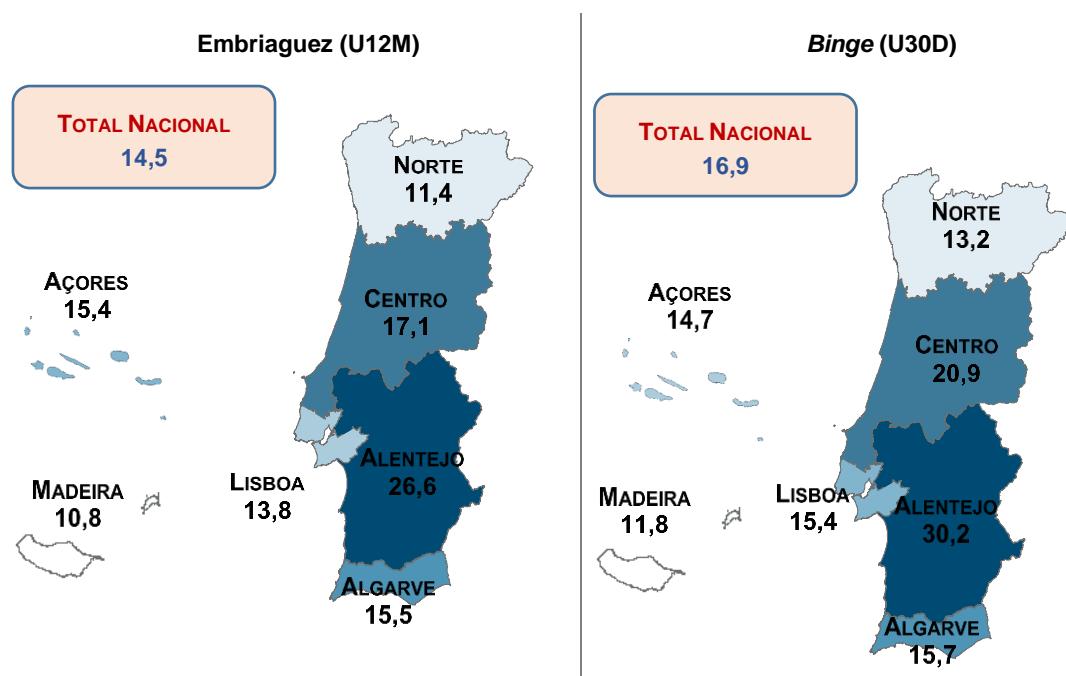
Entre os inquiridos, a prática frequente de consumo *binge* (três ou mais ocasiões no último mês) varia entre 4%, na Região Autónoma da Madeira, e 16%, no Alentejo. Se a análise se restringir aos consumidores atuais de álcool, os valores relativos ao *binge* variam entre 17%, no Norte, e 38%, no Alentejo. Quanto à prática frequente de embriaguez, o Alentejo regista novamente prevalências muito acima das restantes regiões, com 4% dos inquiridos e 11% dos consumidores atuais a declararem terem-se embriagado de forma severa três vezes ou mais no último mês.

Figura 5. Álcool (global). Prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

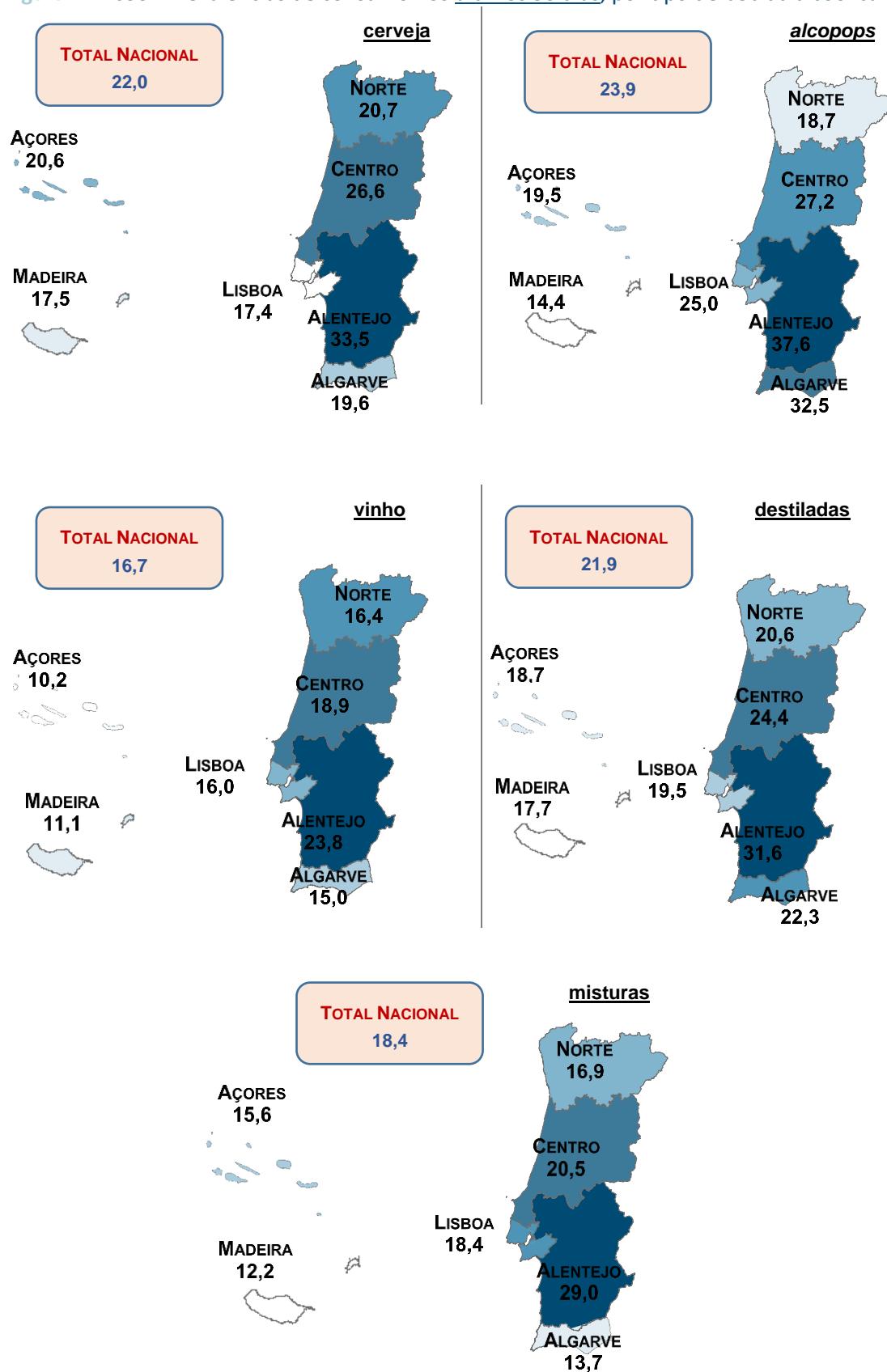
Figura 6. Álcool. Prevalências de embriaguez nos últimos 12 meses e de consumo *binge* nos últimos 30 dias (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Também quando se analisa o consumo no último mês por tipo de bebida alcoólica se verificam discrepâncias regionais consideráveis, na medida em que a preferência pelos diferentes tipos de bebidas alcoólicas parece variar entre regiões. Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve são as regiões onde os *alcopops* são o tipo de bebida alcoólica mais consumido pelos alunos, enquanto nos Açores a preferência vai sobretudo para a cerveja. No Norte e na Região Autónoma da Madeira, o consumo atual de cerveja e de bebidas destiladas está a um nível acima do das outras bebidas alcoólicas. Em sentido contrário, o vinho é a bebida alcoólica ingerida pela menor percentagem de alunos de todas as regiões, exceto no Algarve, onde é o consumo de misturas que regista os valores menos elevados.

Comparando as diferentes regiões entre si, verifica-se que o Alentejo regista as maiores prevalências de consumo de todos os tipos de bebidas alcoólicas, muito acima dos respetivos totais nacionais. Em sentido contrário, no que respeita ao consumo atual de *alcopops*, destiladas, vinho, cerveja e misturas, as menores prevalências de consumo atual encontram-se na Região Autónoma da Madeira (em conjunto com Lisboa, apenas no caso da cerveja), enquanto os Açores se destacam como a região com o menor consumo atual de vinho (Figura 7).

Figura 7. Álcool. Prevalências de consumo nos últimos 30 dias, por tipo de bebida alcoólica (%)

Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Entre os alunos que consumiram bebidas alcoólicas nos últimos 30 dias, os do Alentejo são os que mais consomem numa base diária os diferentes tipos de bebida. Na região, a percentagem de consumidores que no último mês tiveram 20 ou mais ocasiões de consumo varia entre 6%, no caso do vinho, e 10%, no caso da cerveja. Em sentido contrário, o Algarve destaca-se pelo menor consumo diário dos diferentes tipos de bebidas, com valores residuais (cerca de 1%) ou menos do que isso (0%, no caso do vinho).

Na maior parte das regiões, entre os consumidores atuais de álcool, a cerveja é o tipo de bebida alcoólica mais ingerido numa base diária, sendo que Lisboa e Algarve constituem a exceção, pois nestas duas regiões o maior consumo diário é de *alcopops*. O vinho é o tipo de bebida alcoólica menos consumido numa base diária em todas as regiões do país.

tabaco

Considerando todas as suas formas de consumo, seja em que região for, o tabaco é a segunda substância psicoativa mais consumida pelos alunos dos 13 aos 18 anos que frequentam o ensino público. À semelhança do álcool, o Alentejo destaca-se por ser a região com as maiores prevalências de consumo de tabaco na sua globalidade, com valores muito acima do total nacional. Em sentido contrário, Norte, Madeira e Açores são as regiões onde se registam as menores prevalências de consumo. Para se ter uma ideia da discrepância regional, constate-se que, no que concerne ao consumo atual, os valores registados no Alentejo são mais do dobro do registado na região Norte (Figura 8).

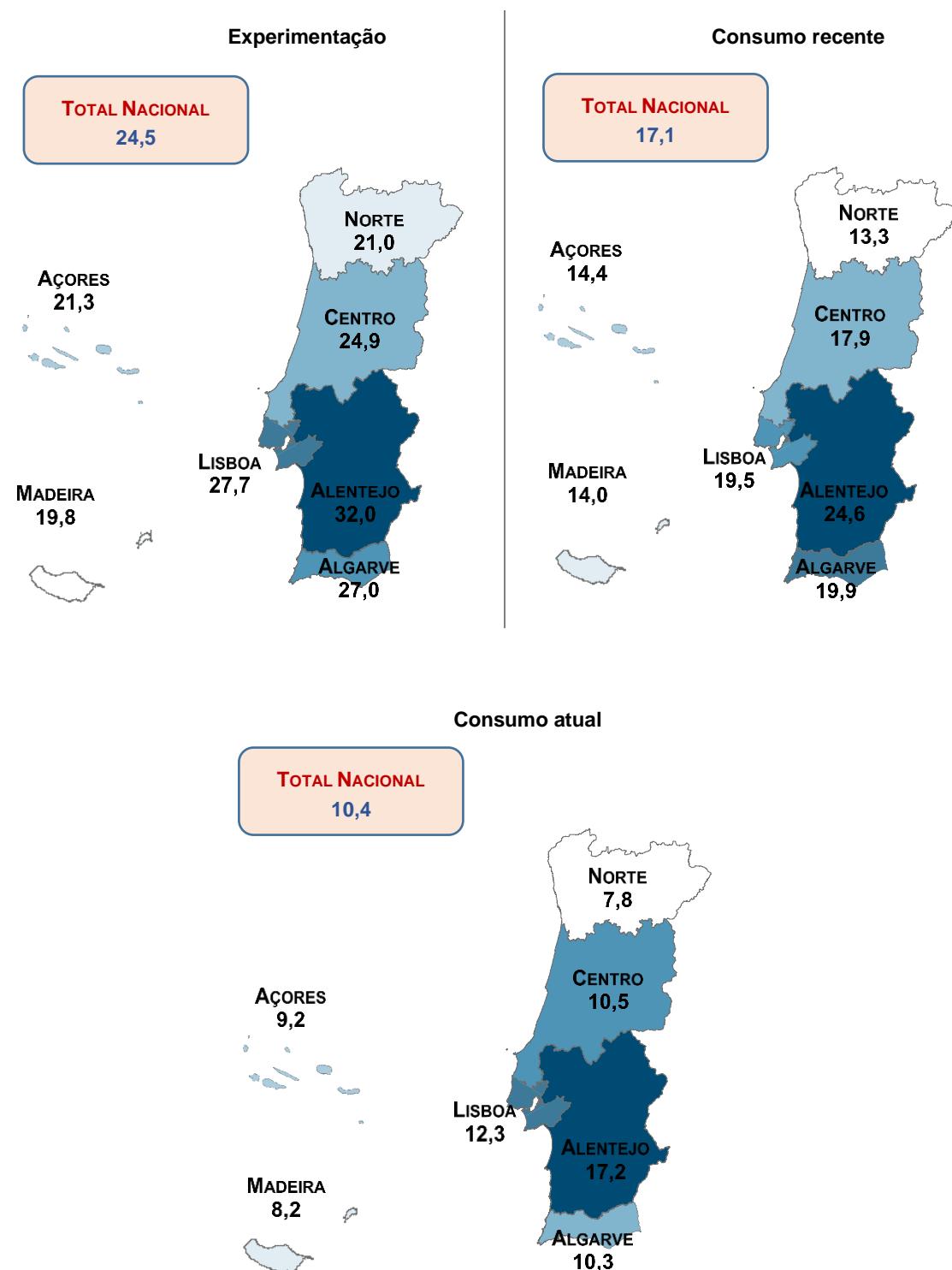
Procedendo à análise em função do tipo de tabaco consumido, verifica-se que nas várias temporalidades, tanto no caso do tabaco de combustão como tabaco eletrónico, as prevalências mais elevadas se encontram no Alentejo. Em sentido contrário, o Norte e os Açores registam as menores prevalências respeitantes ao tabaco dito tradicional, enquanto a Região Autónoma dos Açores regista as menores prevalências de consumo de tabaco eletrónico (juntamente com Norte e Madeira, apenas no caso da temporalidade dos últimos 30 dias) (Figuras 9 e 10).

O consumo de *shisha* nos 12 meses anteriores à inquirição tem maior expressão na região de Lisboa e menor nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A discrepância regional é proporcionalmente acentuada, na medida em que o consumo recente em Lisboa (6%) é o triplo do registado nos Açores e na Madeira (2%, em ambas as regiões).

Em todas as regiões do país a *shisha* é a forma menos comum de consumir tabaco, com exceção de Lisboa, onde é o tabaco aquecido. Quanto a esta última forma de consumir tabaco, o Alentejo regista as maiores prevalências de consumo recente (14%), mais do dobro do total nacional (6%) e entre três a quatro vezes mais do que a prevalência registada no Norte e no Algarve (4%) (Figura 11).

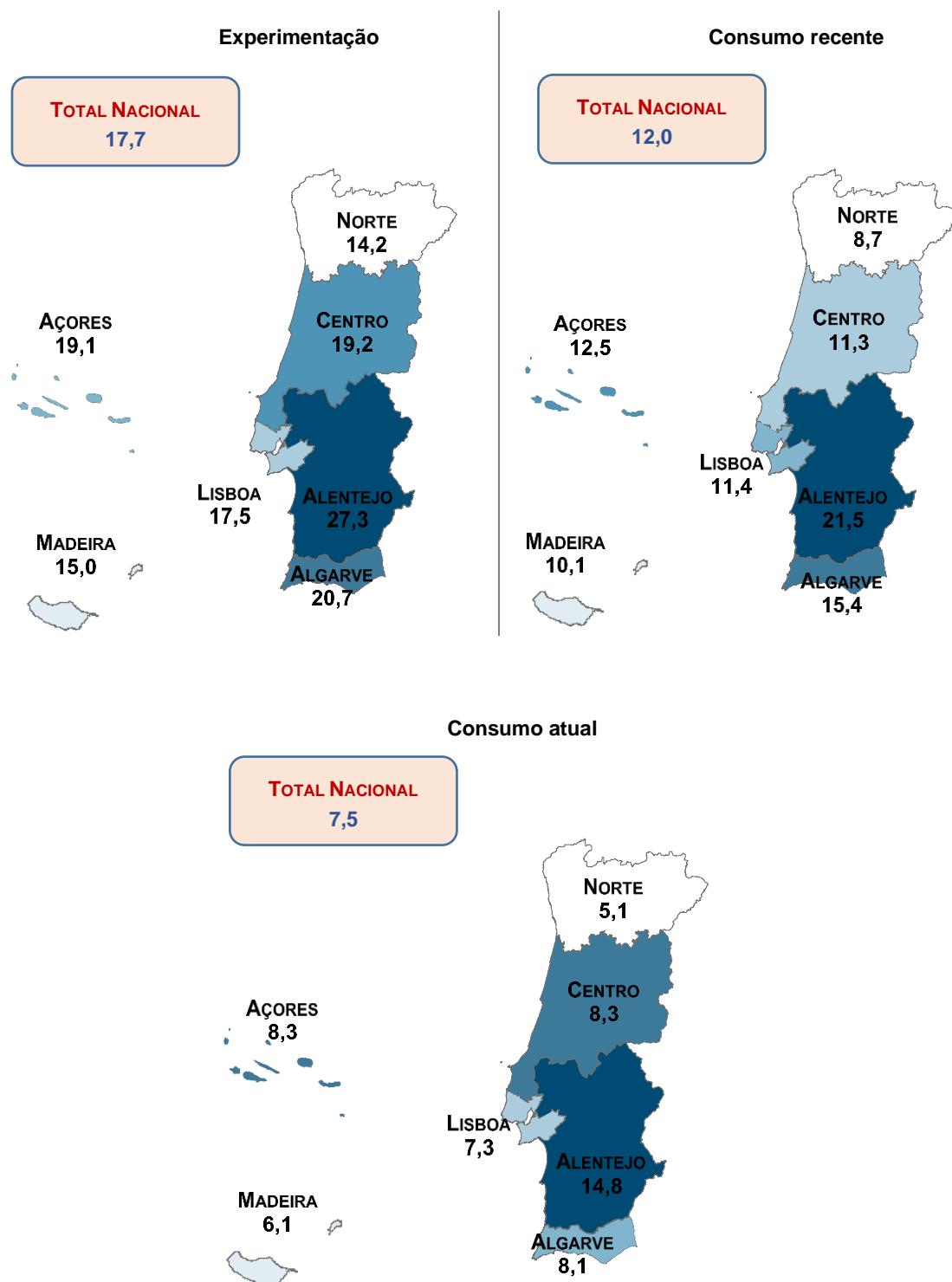
Em todas as regiões do país o consumo diário de tabaco de combustão numa base diária ou quase diária (20 ou mais ocasiões de consumo no último mês) é mais prevalente do que o de tabaco eletrónico, sendo que a diferença é mais acentuada no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores e menos em Lisboa e no Algarve. Entre os respetivos consumidores atuais, a percentagem que consome diariamente ou quase diariamente varia, no que diz respeito ao tabaco dito tradicional, entre 16%, em Lisboa, e 36%, no Alentejo, e, no que concerne ao tabaco eletrónico, entre 6%, no Norte, e 23%, no Algarve.

Figura 8. Tabaco (global). Prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (%)



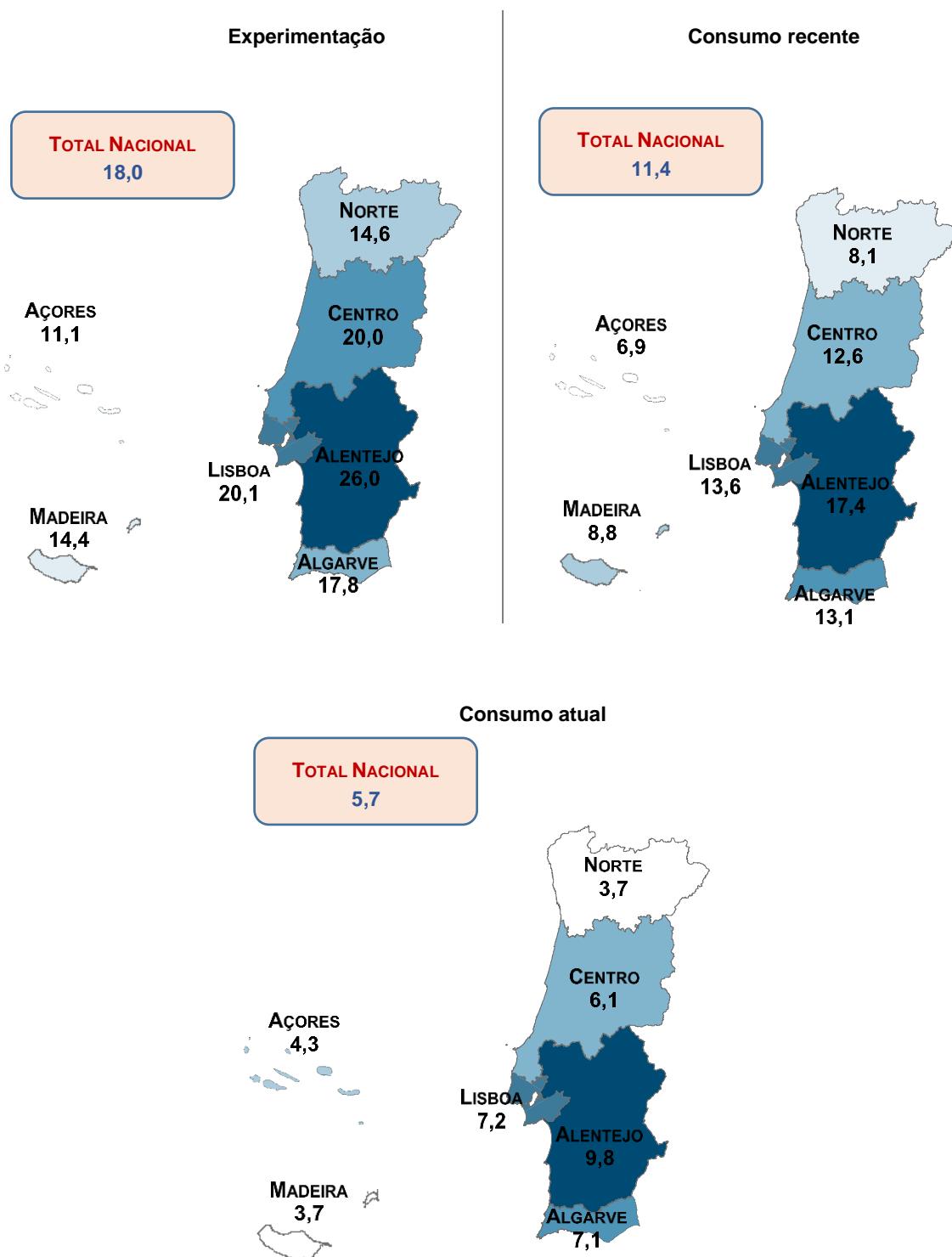
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 9. Tabaco. Cigarros tradicionais. Prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (%)



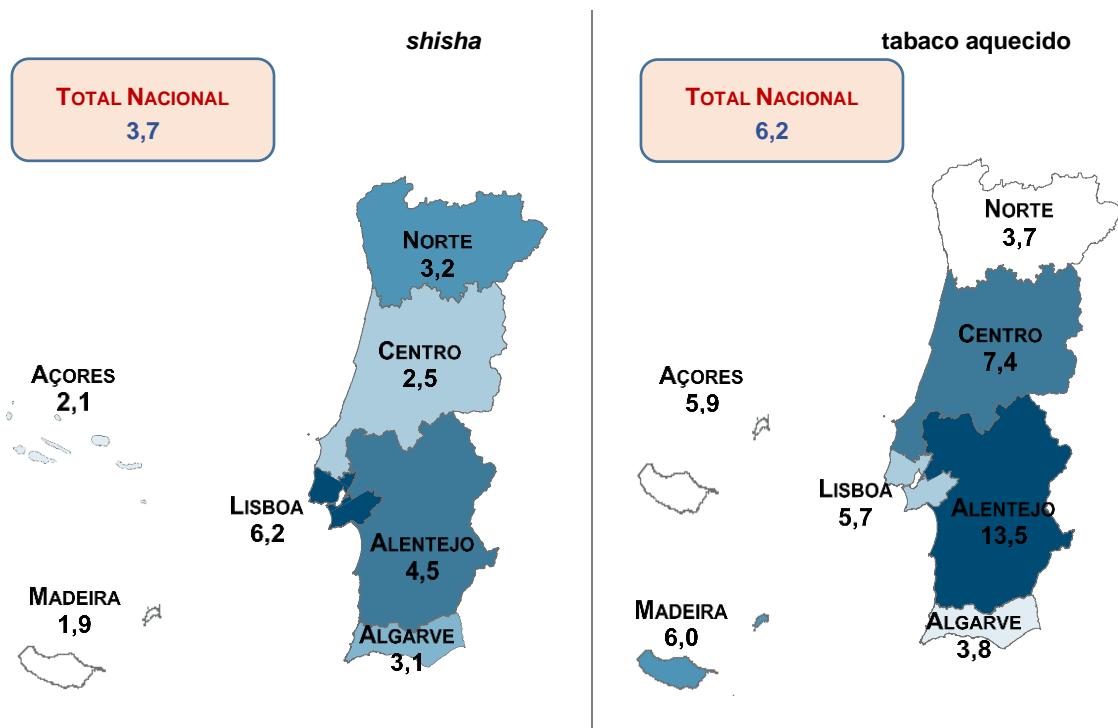
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 10. Tabaco. Cigarros eletrónicos. Prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 11. Tabaco. *Shisha* e tabaco aquecido. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

drogas ilícitas

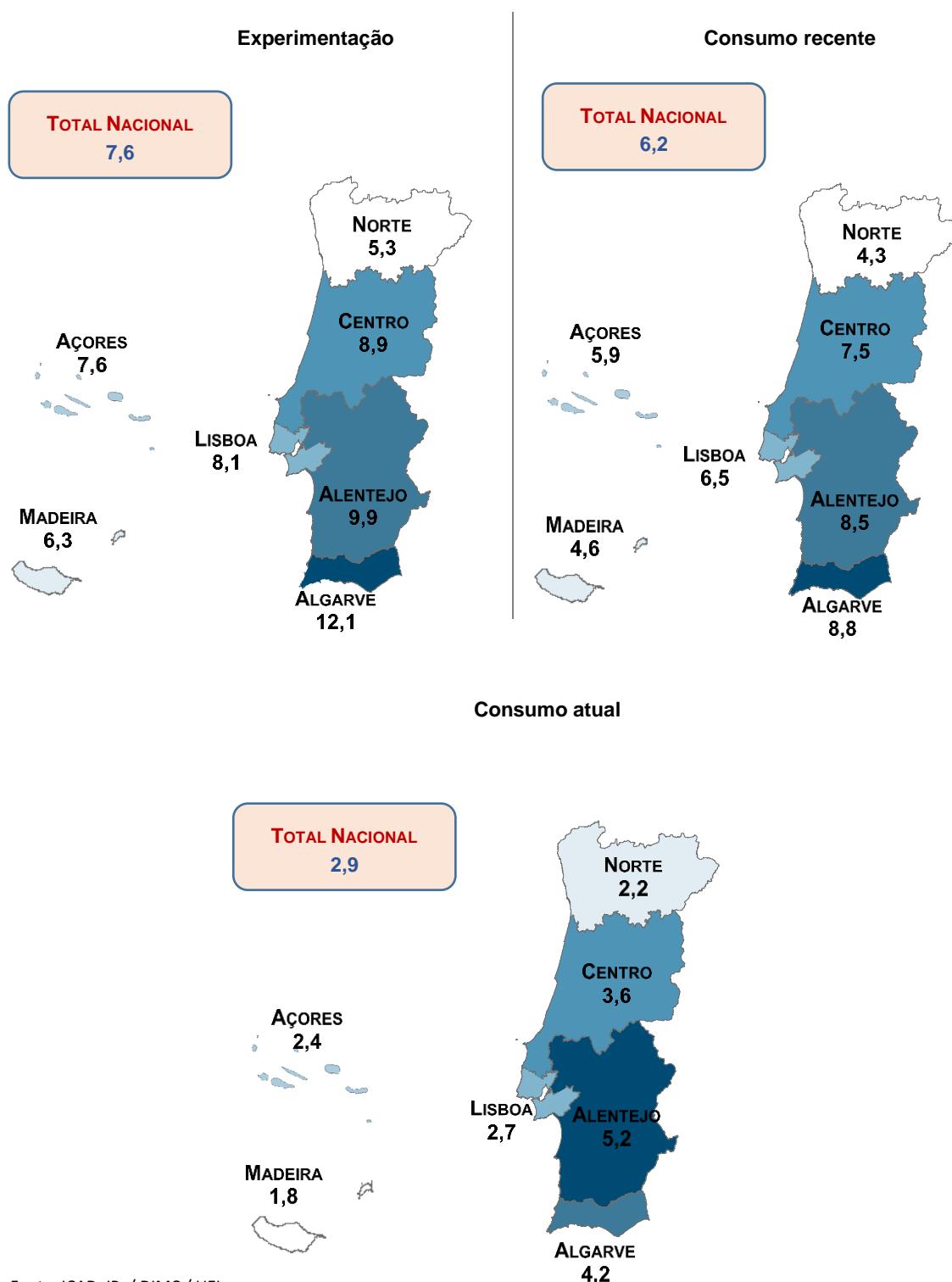
Entre os alunos, a experimentação de drogas ilícitas é maior no Algarve (12%) e menor no Norte (5%). No que concerne ao consumo recente, é também no Algarve que se regista a prevalência mais elevada (9%), mas neste caso juntamente com o Alentejo, sendo que mais uma vez o Norte regista a menor prevalência (4%). O consumo atual de drogas ilícitas tem maior expressão no Alentejo (5%) e menos na Madeira, Norte e Açores (2%). Tal como no caso de álcool e tabaco, também no que concerne às drogas ilícitas a discrepância regional é considerável, mas sobretudo do ponto de vista relativo, pois a região com o consumo mais prevalente regista valores duas ou mais vezes superiores à região onde o consumo tem menor expressão. No que a estas substâncias psicoativas diz respeito, Açores e Lisboa são as regiões com valores de consumo mais próximos do total nacional (Figura 12).

Em todas as regiões do país, a canábis é, de longe, a substância ilícita mais consumida, sendo que mais uma vez Algarve e Alentejo registam as prevalências de consumo mais elevadas e Norte e Madeira as menos expressivas (Figura 13).

No que respeita às outras drogas ilícitas que não canábis, por estarem em causa valores de uma menor ordem de grandeza, as prevalências são bastante aproximadas, variando entre 2% (no Norte) e 4% (no Alentejo, Açores e Algarve), no que diz respeito à experimentação, e entre 1% (no Norte) e 3% (no Alentejo e nos Açores), no que concerne ao consumo recente (Figura 14).

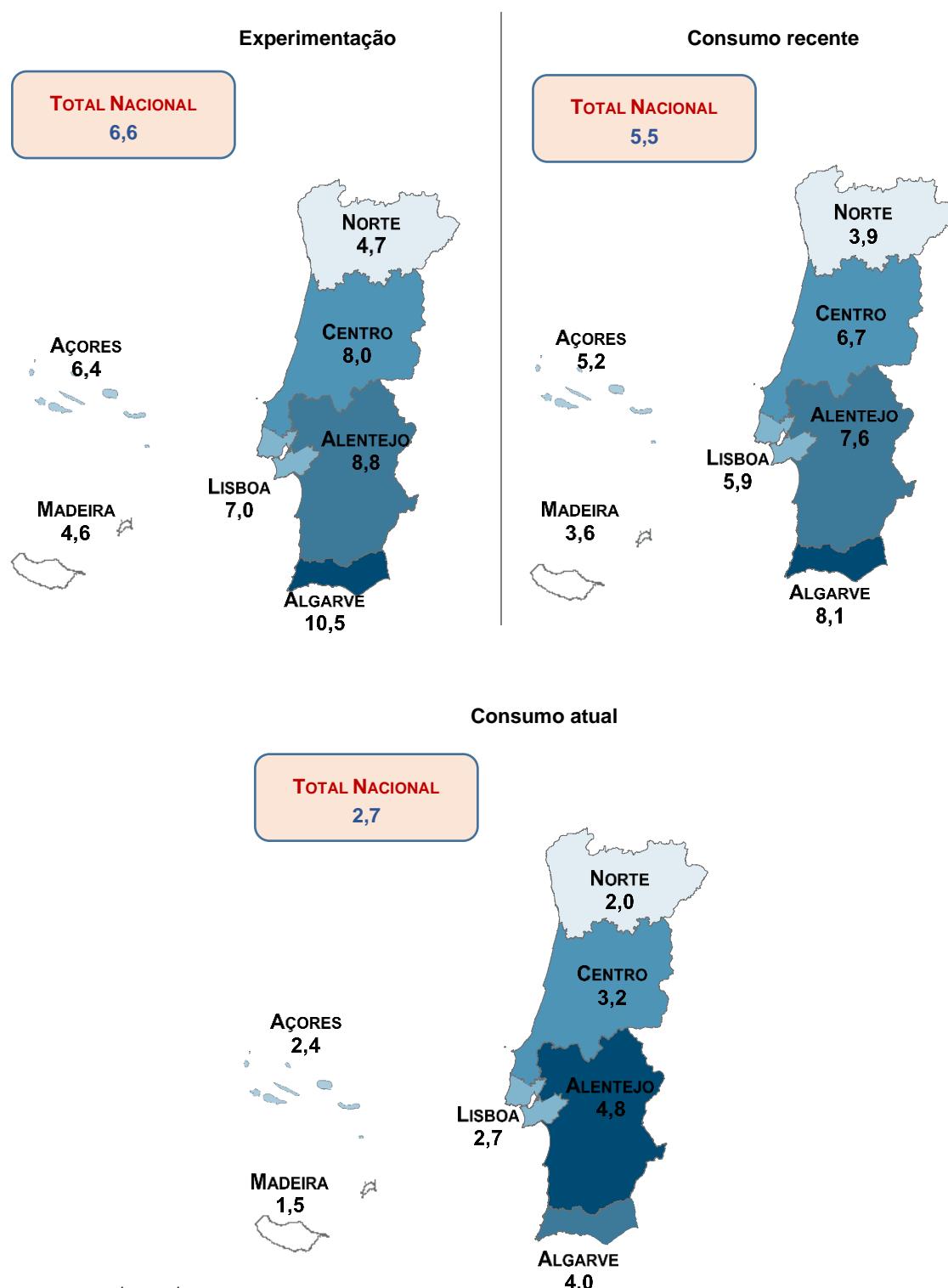
Em todas as regiões, entre os inquiridos, o consumo atual de canábis numa base diária ou quase diária é residual (menos de 1%). No entanto, quando se restringe a análise ao grupo de consumidores atuais, verificam-se discrepâncias regionais muito relevantes: embora o consumo desta substância seja mais prevalente no Algarve, são os consumidores da Região Autónoma dos Açores quem mais consomem *canábis* numa base diária (18%), enquanto os do Algarve e da Madeira se destacam em sentido contrário (5%, em ambas as regiões). Ou seja, o Algarve tem a maior proporção de alunos a consumir canábis do país, mas estes tendem a consumir com menor frequência do que os consumidores de outras regiões (com exceção da Madeira).

Figura 12. Drogas ilícitas (global). Prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (%)



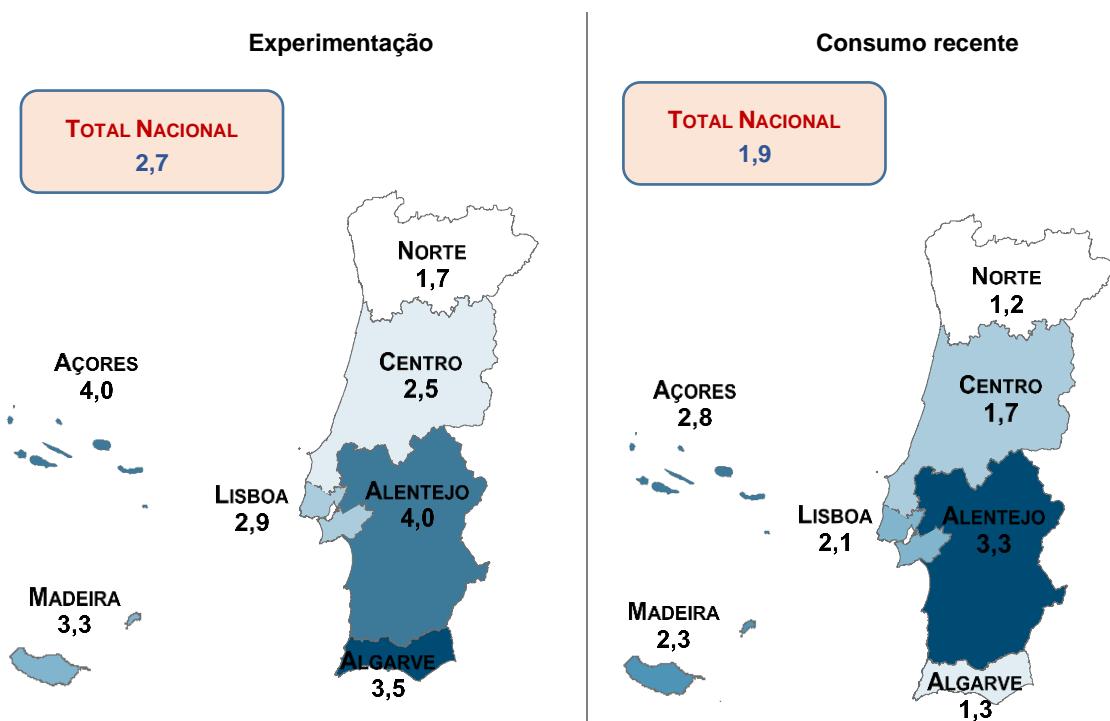
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 13. Drogas ilícitas. Canábis. Prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 14. Drogas ilícitas. Outras drogas que não canábis. Prevalências de consumo ao longo da vida e nos últimos 12 meses (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

medicamentos

Ao contrário do que acontece no caso de álcool, tabaco e drogas ilícitas, o consumo de medicamentos psicoativos varia pouco a nível regional. Nos vários indicadores considerados, os valores registados nas diferentes regiões tendem a ser bastante aproximados do total nacional, não se verificando neste caso as discrepâncias regionais (seja em termos relativos, seja em pontos percentuais) encontradas no que diz respeito às outras substâncias psicoativas analisadas.

No que concerne ao consumo prescrito de tranquilizantes/sedativos ao longo da vida, as prevalências variam entre 6%, na Região Autónoma dos Açores, e 9%, na Região Autónoma da Madeira, enquanto as restantes regiões registam valores entre os 7% e os 8% (Figura 15). Também no que concerne ao consumo não-prescrito deste tipo de medicamentos os valores registados nas diferentes regiões são aproximados, variando entre 4%, no Norte, Açores e Madeira, e 7%, no Alentejo, enquanto Centro, Lisboa e Algarve registam valores a rondar os 5% (Figura 16).

A Região Autónoma dos Açores regista a maior prevalência de consumo ao longo da vida de *nootrópicos* com indicação médica (5%) e o Algarve a menor (2%), sendo que as restantes regiões registam valores entre 3% e 4% (Figura 17). O Alentejo destaca-se pelo maior consumo não-prescrito de *nootrópicos* ao longo da vida (4%), enquanto a região Norte regista a menor prevalência (1%) (Figura 18).

Figura 15. Medicamentos. Tranquilizantes/Sedativos com receita médica. Prevalências de consumo ao longo da vida (%)



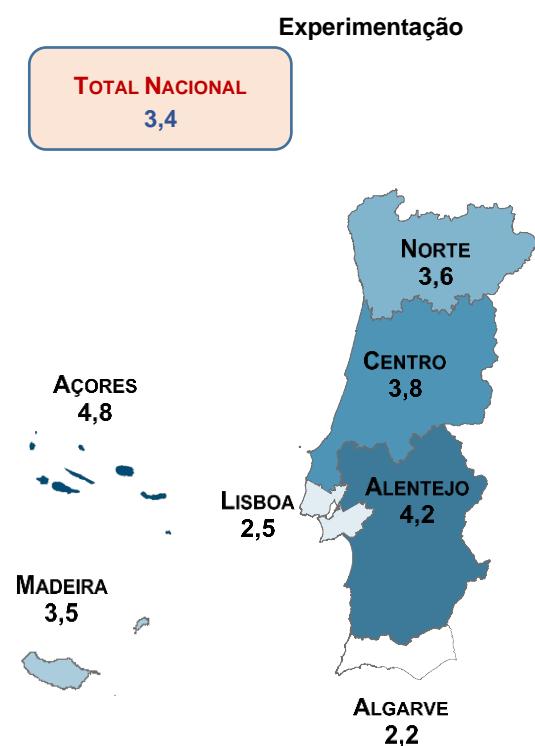
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 16. Medicamentos. Tranquilizantes/Sedativos **sem receita médica. Prevalências de consumo ao longo da vida (%)**



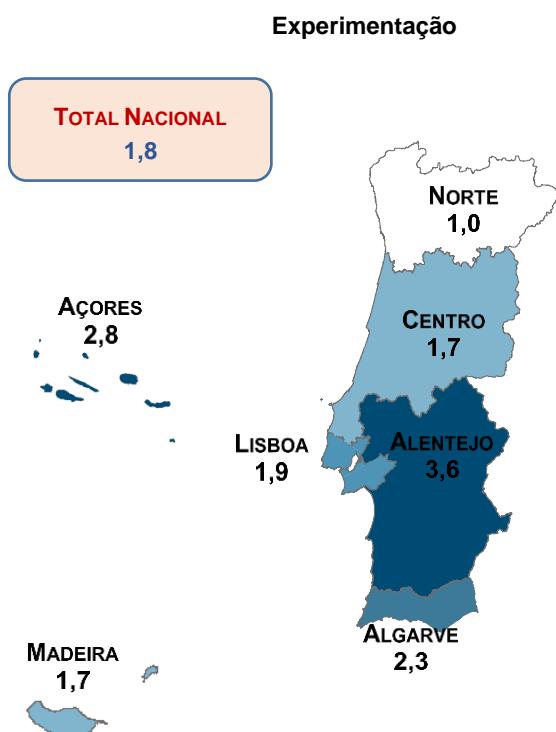
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 17. Medicamentos. Nootrópicos com receita médica. Prevalências de Consumo ao longo da vida (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 18. Medicamentos. Nootrópicos sem receita médica. Prevalências de consumo ao longo da vida (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Internet e jogo

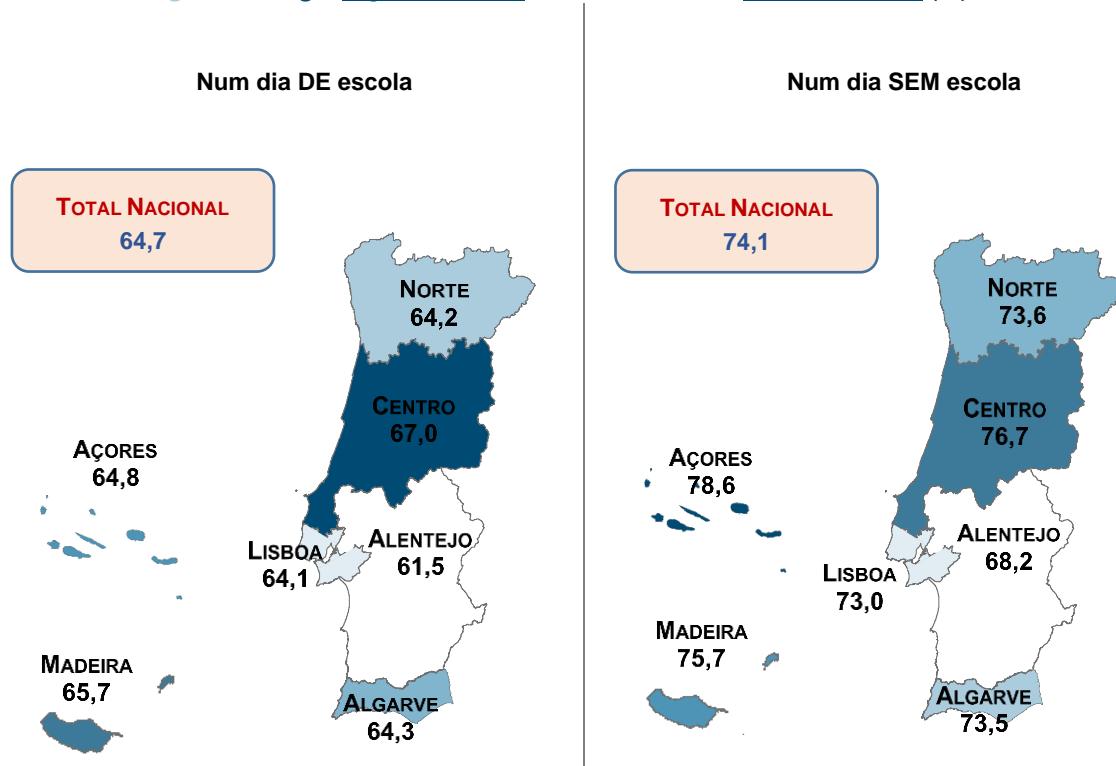
No que diz respeito aos comportamentos aditivos sem substância considerados no presente estudo, o Alentejo destaca-se como a região onde o jogo eletrónico no último mês entre os alunos é menos prevalente, seja num dia de escola ou num dia sem escola, com prevalências consideravelmente abaixo do total nacional. Em sentido contrário, é na região Centro que mais inquiridos declaram jogar videojogos num dia escola, enquanto a Região Autónoma dos Açores se destaca por maior prática de jogo eletrónico num dia sem escola (Figura 19).

O jogo a dinheiro é uma prática com maior expressão no sul do país (Lisboa, Alentejo e Algarve), sendo que a percentagem de alunos que declaram tê-lo feito nos 30 dias anteriores à inquirição varia entre 17%, nos Açores, Centro e Norte, e 21%, no Algarve (Figura 20).

Quanto à frequência, a Região Autónoma dos Açores destaca-se por ter a maior percentagem de alunos que declaram jogar videojogos durante quatro ou mais horas diárias (17% em dias de escola e 38% em dias sem escola), sendo também a região onde o jogo eletrónico numa base diária (quatro ou mais dias na última semana) é mais prevalente (43%).

Em sentido inverso, no Norte, Centro e Algarve os alunos passam menos tempo a jogar videojogos num dia de escola (9% declaram jogar durante quatro ou mais horas por dia). O Alentejo destaca-se por menor tempo diário de jogo num dia sem aulas (26% dos alunos fazem-no por quatro ou mais horas diárias) e é também a região com a menor percentagem de alunos que declararam a prática de videojogos durante quatro ou mais dias na última semana à data da inquirição (33%).

Figura 19. Jogo. Jogo eletrónico. Prevalências nos últimos 30 dias (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 20. Jogo. Jogo a dinheiro. Prevalências nos últimos 12 meses (%)

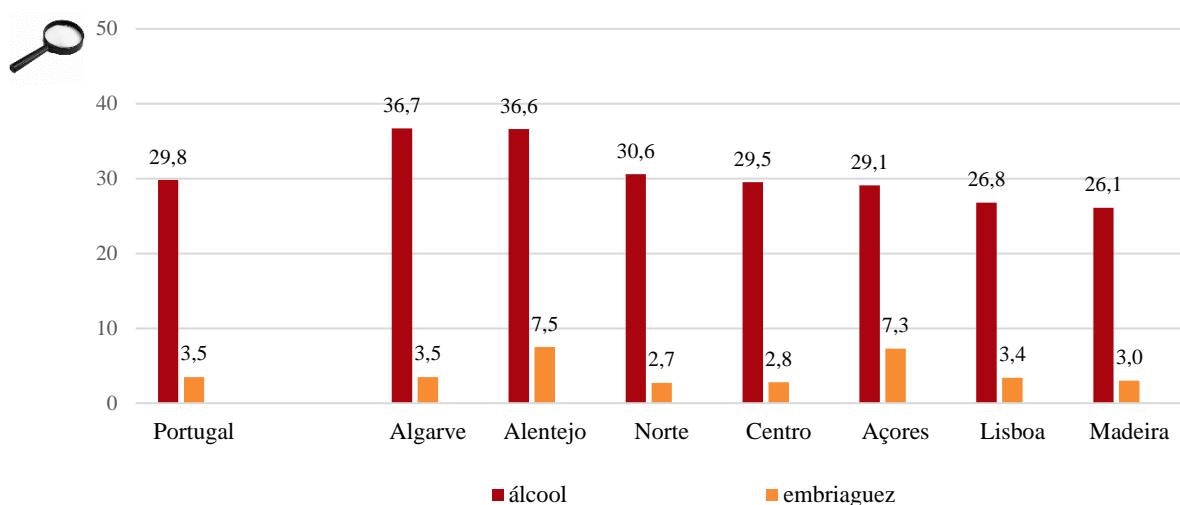


Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

INÍCIO PRECOCE DOS CONSUMOS

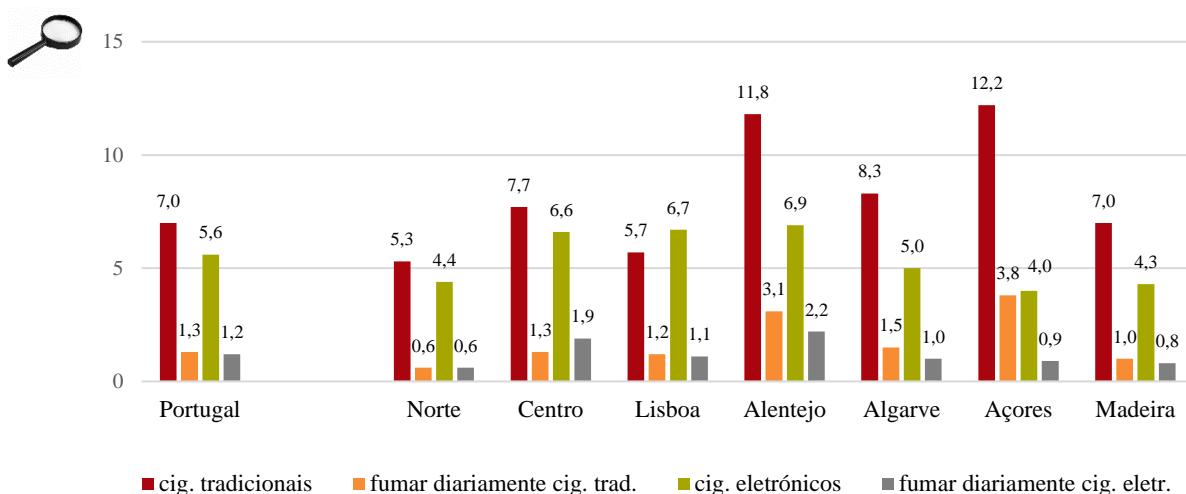
A percentagem de alunos que declaram ter iniciado o consumo de álcool com 13 anos ou menos é maior no Algarve e no Alentejo (37%, em ambas as regiões) e menos em Lisboa (27%) e na Madeira (26%), o que espelha uma discrepância regional considerável. Já a percentagem que declara ter-se embriagado em idades tão precoces é mais elevada no Alentejo (8%) e nos Açores (7%), enquanto os valores nas restantes regiões são bastantes aproximados (cerca de 3%). Verifica-se, assim, uma correlação entre um início mais precoce e uma maior dimensão do consumo, pois as regiões que apresentam maiores prevalências de consumo ao longo da vida e nos últimos 12 meses são também aquelas onde os alunos se iniciaram mais cedo no consumo (Figura 21).

Figura 21. Álcool. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%)



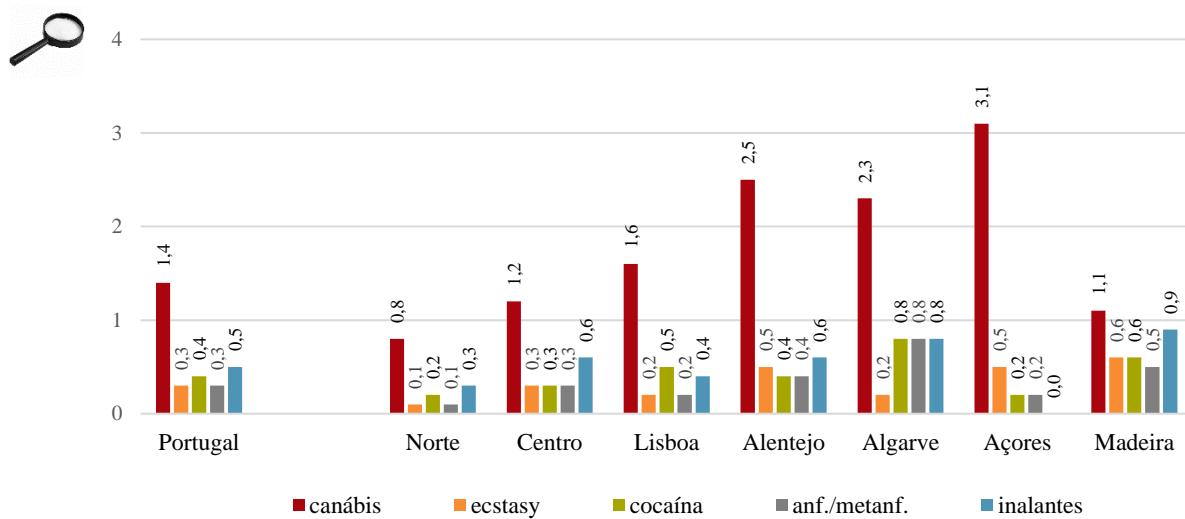
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

A percentagem de alunos que consumiram tabaco de combustão com 13 anos ou menos é maior na Região Autónoma dos Açores e Alentejo (12%, em ambas as regiões) e menor no Norte (5%), sendo que o consumo diário deste tipo de tabaco em idades tão precoces é mais expressivo na Região Autónoma dos Açores (4%) e no Alentejo (3%), enquanto nas restantes regiões as prevalências são semelhantes e próximas do total nacional (1%). Quanto à precocidade do consumo de tabaco eletrónico, a percentagem de alunos que consumiram este tipo de tabaco com 13 anos ou menos é maior no Alentejo, Lisboa e Centro (7%). Sem grande expressão em todas as regiões do país, o consumo de cigarros eletrónicos numa base diária é, ainda assim, ligeiramente mais prevalente no Alentejo e no Centro (2%) (Figura 22).

Figura 22. Tabaco. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%)

Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

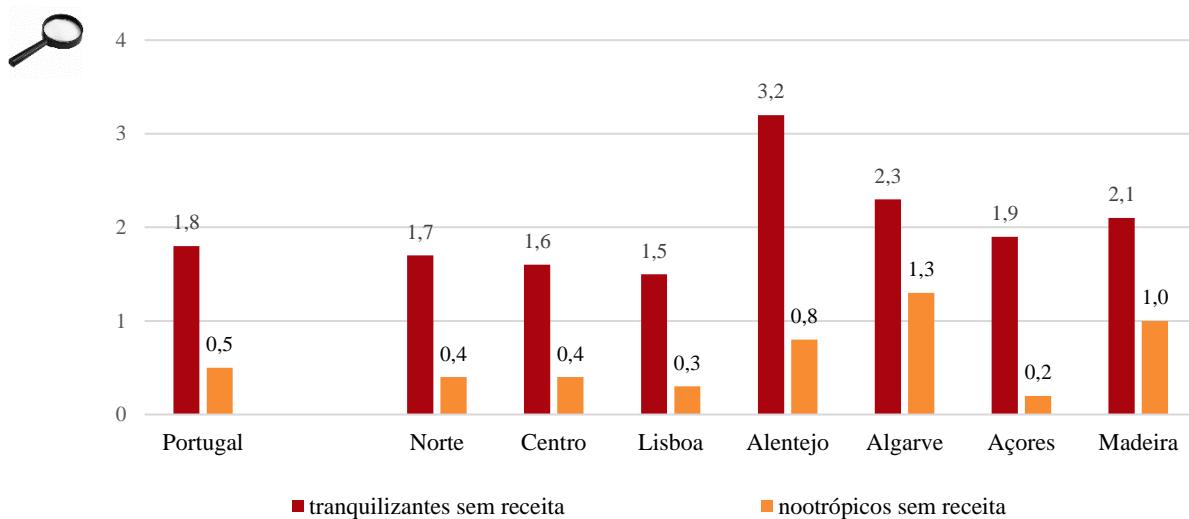
O consumo precoce de *canábis* tem maior expressão nos Açores, com uma percentagem de alunos que consumiram esta substância com 13 anos ou menos que é o dobro do total nacional. Quanto às restantes drogas ilícitas, o consumo precoce é pouco mais do que residual em todas as regiões do país. Refira-se, no entanto, que a Região Autónoma da Madeira se destaca como a região em que menos diferença há entre o consumo precoce de canábis e o consumo das restantes drogas ilícitas (Figura 23).

Figura 23. Drogas ilícitas. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%)

Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Em termos absolutos, a precocidade do consumo de medicamentos psicoativos sem receita médica não varia muito em função da região do país. Não obstante, quanto ao consumo precoce de tranquilizantes/sedativos sem indicação médica com 13 anos ou menos, o Alentejo destaca-se por uma prevalência ligeiramente superior às restantes regiões, que registam valores muito próximos entre si e do total nacional. Quanto ao consumo precoce de *nootrópicos* sem indicação médica, os valores registados nas diferentes regiões do país são ainda mais aproximados, ainda que Algarve, Alentejo e Madeira apresentem uma prevalência ligeiramente superior ao total nacional (Figura 24).

Figura 24. Medicamentos. Início dos consumos com 13 anos de idade ou menos (%)



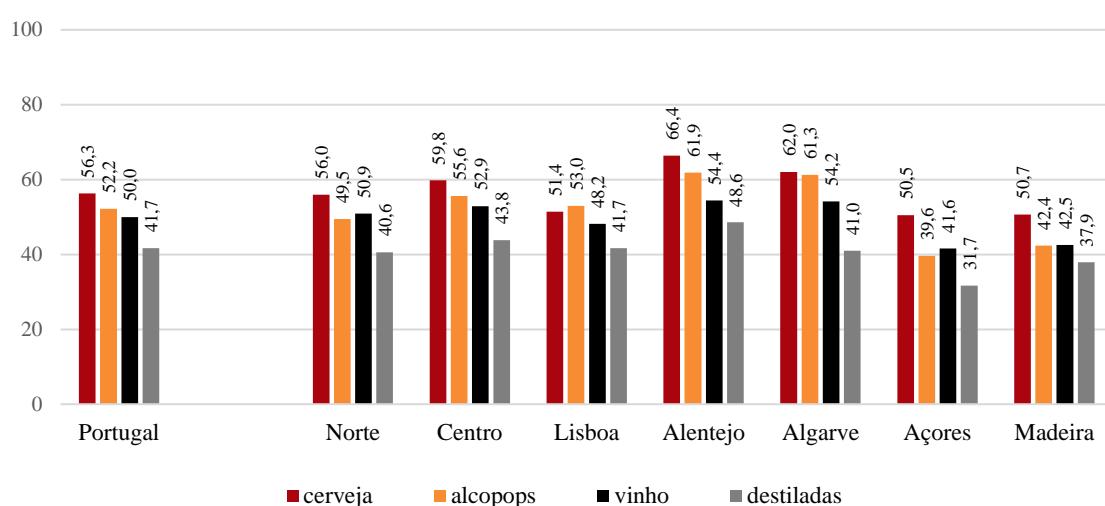
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

PERCEÇÕES DE ACESSIBILIDADE

O Alentejo é a região do país onde o acesso a cerveja e a bebidas destiladas é considerado mais fácil pelos alunos, sendo também a região, juntamente com o Algarve, com maior percentagem de inquiridos que consideram fácil ou muito fácil ter acesso a *alcopops* e a vinho. Em sentido contrário, o acesso a bebidas alcoólicas tende a ser considerado menos facilitado nas Regiões Autónomas, em especial nos Açores.

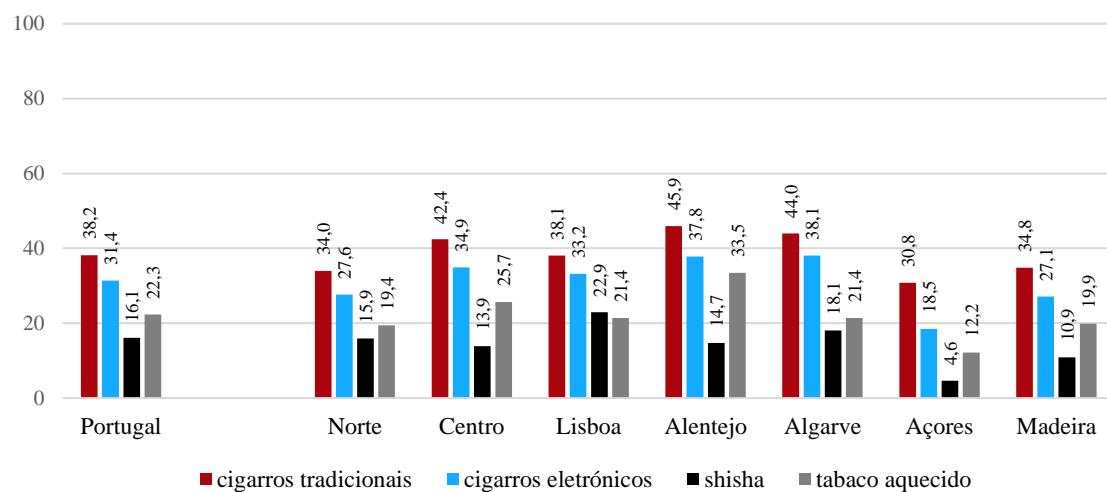
Em todas as regiões, a cerveja é a bebida alcoólica de acesso considerado mais fácil pelos alunos, com exceção de Lisboa, onde são os *alcopops*. Seja qual for a região do país, as bebidas destiladas são o tipo de bebida alcoólica que os alunos consideram de acesso menos facilitado (Figura 25).

Figura 25. Álcool. Perceções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). Bebidas alcoólicas (%)



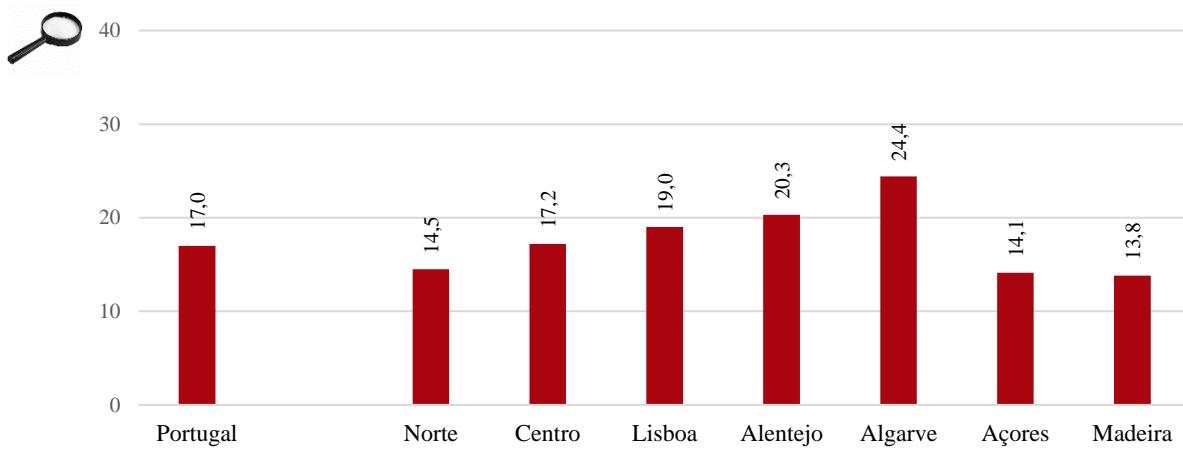
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Entre os alunos, o acesso a tabaco de combustão é considerado mais facilitado no Alentejo e menos nos Açores. Quanto aos cigarros eletrónicos, Algarve e Alentejo destacam-se como as regiões com a maior percentagem de inquiridos que consideram fácil ou muito fácil ter acesso a este tipo de tabaco, enquanto mais uma vez a Região Autónoma dos Açores se destaca em sentido contrário. A *shisha* é de acesso considerado mais fácil em Lisboa e o tabaco aquecido no Alentejo, sendo que o acesso a ambas as formas de consumir tabaco é considerado menos facilitado nos Açores (Figura 26).

Figura 26. Tabaco. Perceções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). Cigarros tradicionais (%)

Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

O Algarve destaca-se como a região com a maior percentagem de alunos que consideram que o acesso a *canábis* é fácil ou muito fácil. As Regiões Autónomas e o Norte destacam-se em sentido contrário, com valores um pouco abaixo do total nacional (Figura 27).

Figura 27. Drogas. Perceções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). Canábis (%)

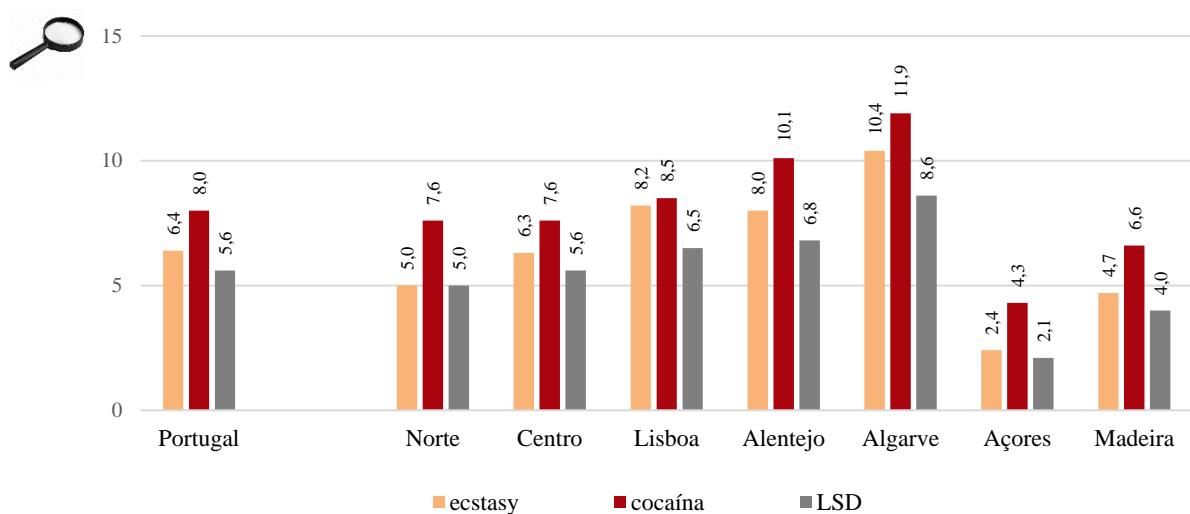
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

No que concerne a álcool, tabaco e canábis, verifica-se uma correlação entre a dimensão do consumo e as percepções de acessibilidade, no sentido em que as regiões onde o consumo é mais prevalente são precisamente aquelas onde o acesso a estas substâncias psicoativas tende a ser percecionado como mais facilitado pelos alunos.

Em relação à acessibilidade às outras drogas ilícitas que não canábis, tal é considerado mais facilitado na região do Algarve, com percentagens de alunos que consideram fácil ou muito fácil o acesso a *ecstasy*, cocaína, LSD, *crack*, heroína e cogumelos mágicos consideravelmente acima do total nacional. Em sentido contrário, o acesso a este tipo de drogas ilícitas é considerado menos facilitado pelos alunos da Região Autónoma dos Açores.

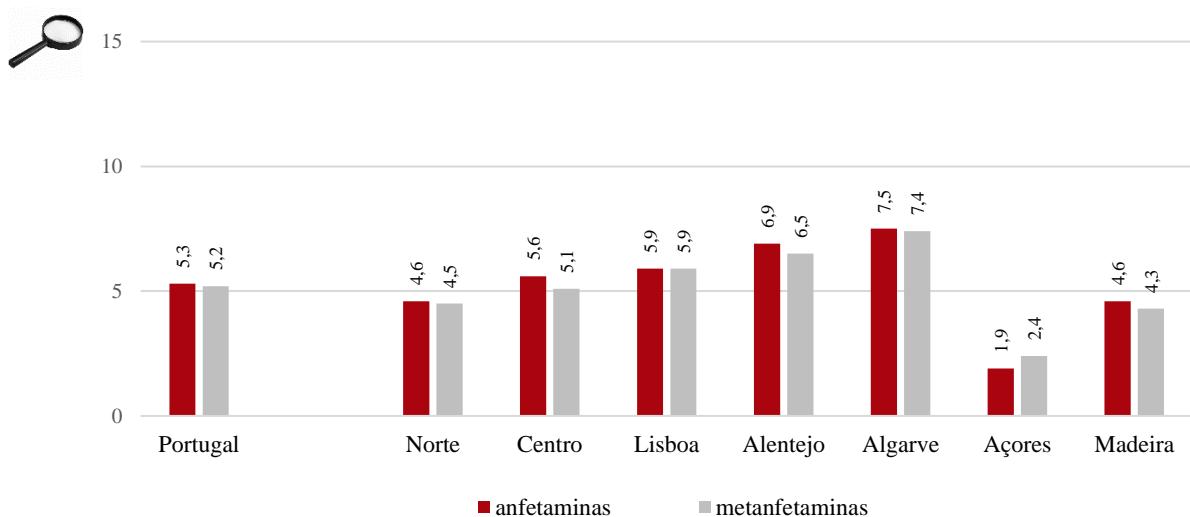
Em todas as regiões a cocaína é a droga ilícita que não canábis cujo acesso é considerado menos dificultado, ainda que em Lisboa a facilidade de acesso ao *ecstasy* registe valor muito próximo. Embora estejam em causa valores de uma menor ordem de grandeza, em nenhuma região a heroína é a droga ilícita considerada pelos alunos como de acesso mais difícil: no Norte e no Alentejo são as metanfetaminas, no Centro o *crack*, em Lisboa LSD e *crack*, no Algarve as anfetaminas, na Madeira o LSD e nos Açores os cogumelos mágicos (Figuras 28 a 30).

Figura 28. Drogas. Perceções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). *Ecstasy*, cocaína e LSD (%)



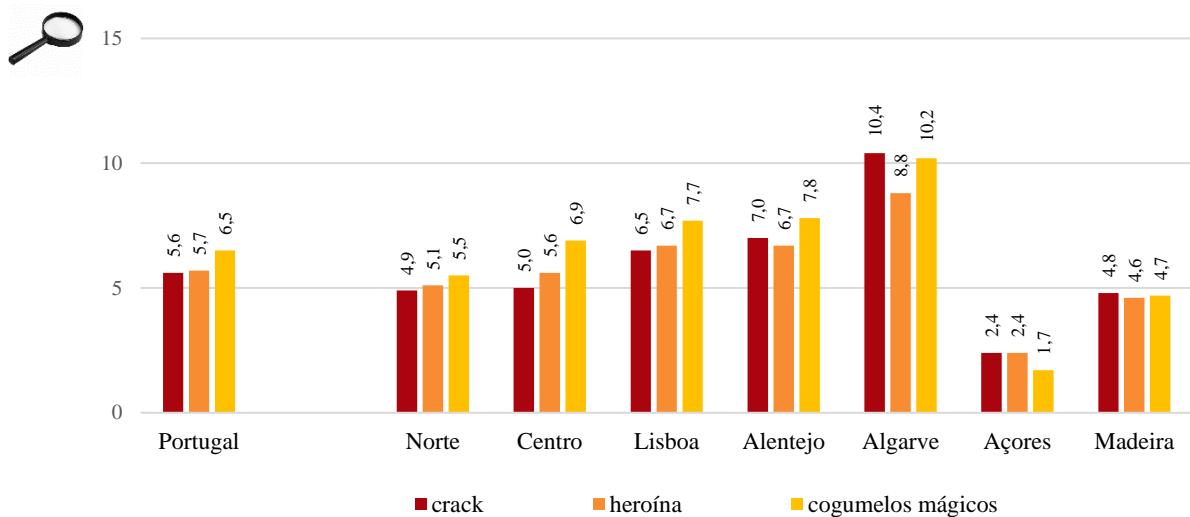
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 29. Drogas. Perceções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). Anfetaminas e metanfetaminas (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 30. Drogas. Perceções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). Crack, heroína e cogumelos mágicos (%)

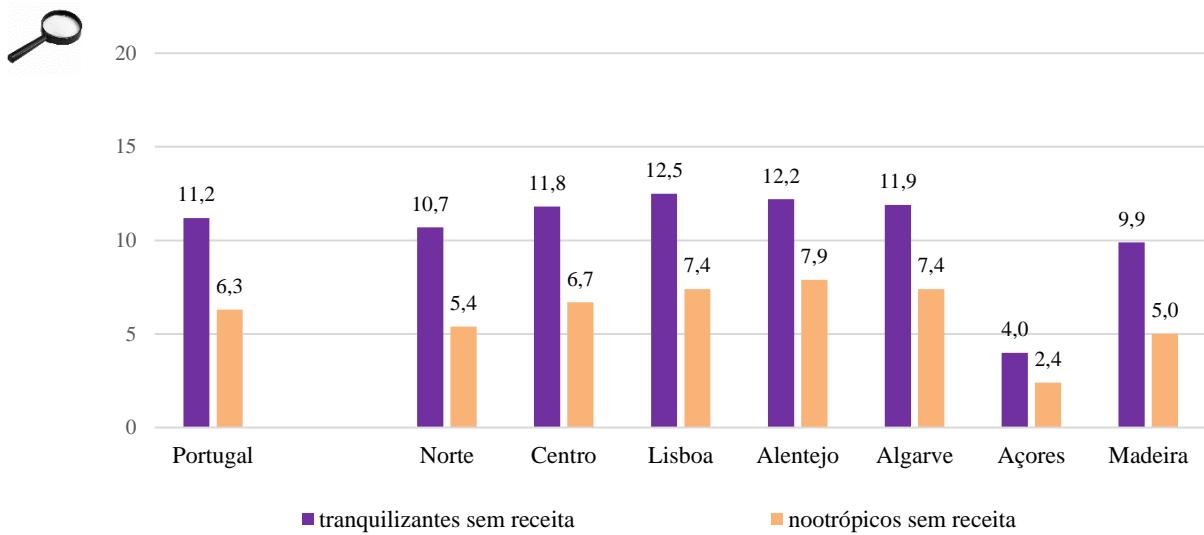


Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Os Açores destacam-se como a região em que o acesso sem receita médica a tranquilizantes/sedativos e a *nootrópicos* é considerado menos facilitado, enquanto nas restantes regiões os valores são mais aproximados entre si, embora ligeiramente mais elevados em Lisboa, Alentejo e Algarve. Em todas as regiões, os alunos consideram que o acesso sem receita médica a tranquilizantes/sedativos é mais fácil do que a *nootrópicos* (Figura 31).

Ao contrário do álcool, tabaco e canábis, no caso dos *nootrópicos*, a correlação entre a dimensão do consumo e as percepções de acessibilidade não é total, na medida em que se verifica no Alentejo, mas não nos Açores. Como se viu atrás, esta Região Autónoma regista o segundo consumo não-prescrito deste tipo de medicamentos mais elevado do país, mas é onde o acesso sem receita médica é considerado mais dificultado.

Figura 31. Medicamentos. Percepções de acessibilidade (“fácil/muito fácil”). Tranquilizantes e nootrópicos sem receita (%)



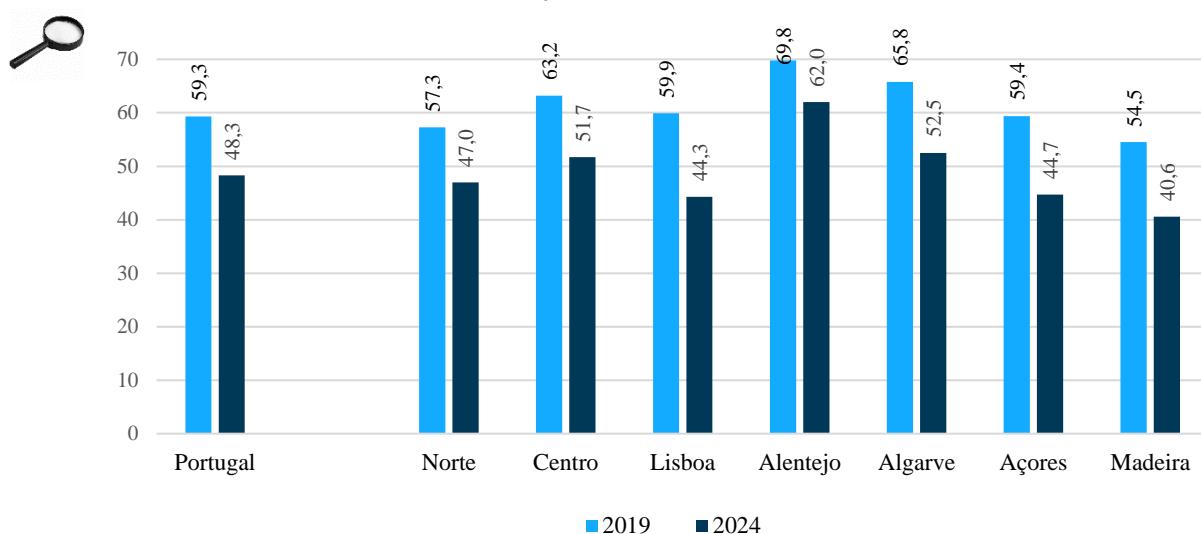
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

EVOLUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ADITIVOS

2019 - 2024

Face ao estudo anterior, cuja recolha de dados decorreu em 2019, o consumo recente de álcool desceu a nível nacional 11 pontos percentuais. A tendência de descida verifica-se em todas as regiões do país, ainda que em diferentes velocidades, pois o decréscimo registado no Alentejo (-8pp.) foi metade do verificado em Lisboa (-16pp.), o que faz com que em 2024 o Alentejo se destaque ainda mais pelos maiores consumos de bebidas alcoólicas do país (Figura 32).

Figura 32. Álcool. Prevalências de consumo, de qualquer bebida alcoólica, nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)

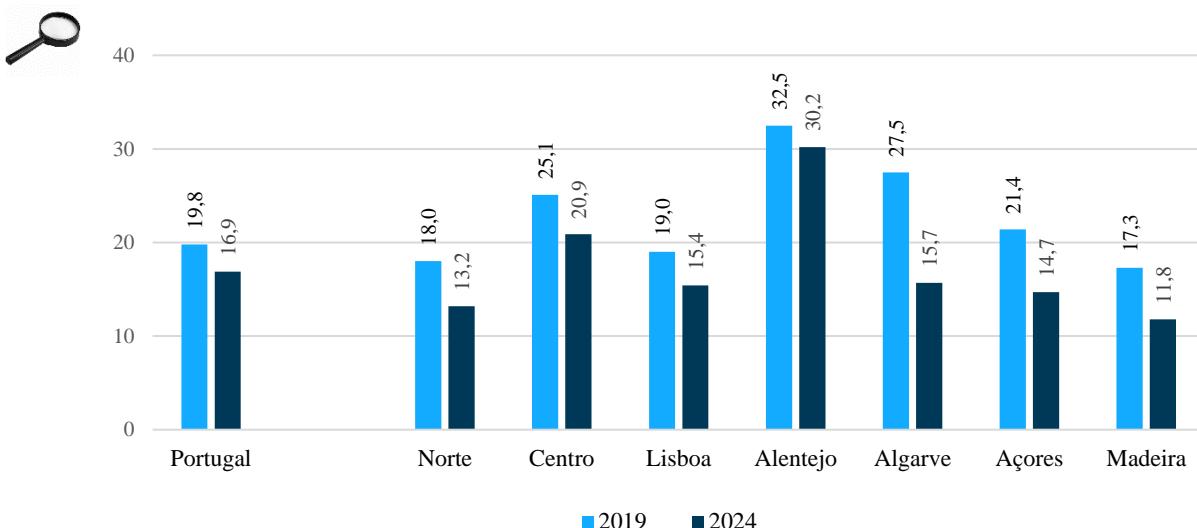


Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Quanto aos comportamentos de risco acrescido associados ao álcool, a nível nacional, a ingestão de bebidas alcoólicas de uma forma *binge* nos últimos 30 dias tornou-se menos prevalente (-3pp.) entre 2019 e 2024, ainda que não ao mesmo ritmo do decréscimo do consumo recente de álcool. Face a 2019, a maior descida de *binge drinking* verifica-se no Algarve (-12pp.) e a menor no Alentejo (-2pp.). Também no que se refere à embriaguez ligeira nos últimos 12 meses o Alentejo regista o menor decréscimo (-8pp.), enquanto na Região Autónoma dos Açores o decréscimo foi o dobro disso (-16pp.). Tal significa que, no que a estes dois comportamentos de risco acrescido associados ao álcool diz respeito, apesar da descida verificada entre 2019 e 2024, também aqui o Alentejo diverge hoje mais das restantes regiões (Figuras 33 e 34).

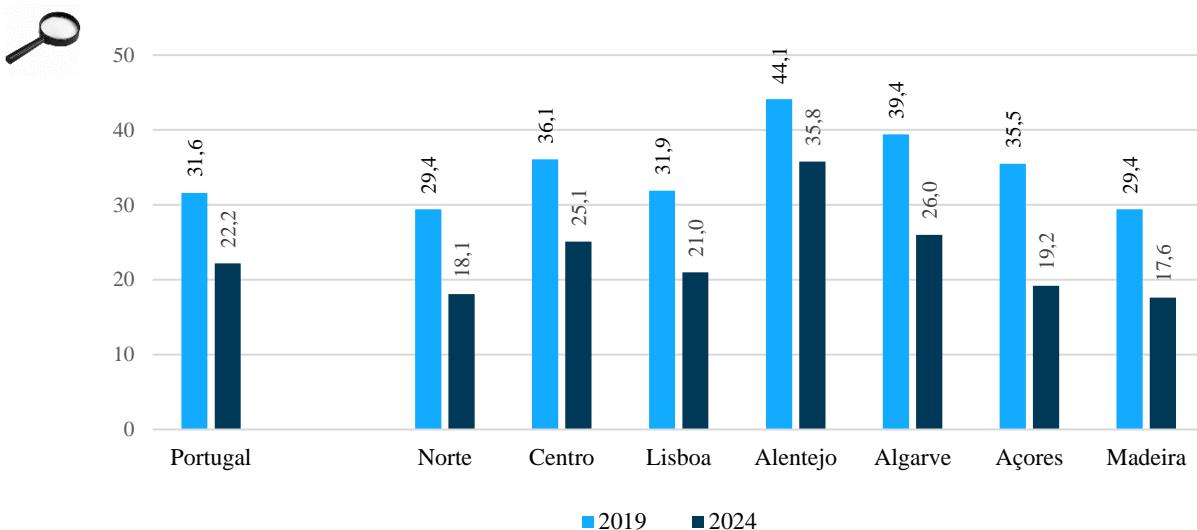
Já no que diz respeito à embriaguez severa nos últimos 12 meses, tal não se verifica, pois, neste caso, a menor descida verifica-se no Norte e em Lisboa (-7pp., em ambas as regiões) e a maior no Algarve (-12pp.) (Figura 35).

Figura 33. Álcool. Prevalências de padrão de consumo *binge*, nos últimos 30 dias, por NUT II: 2019-2024 (%)



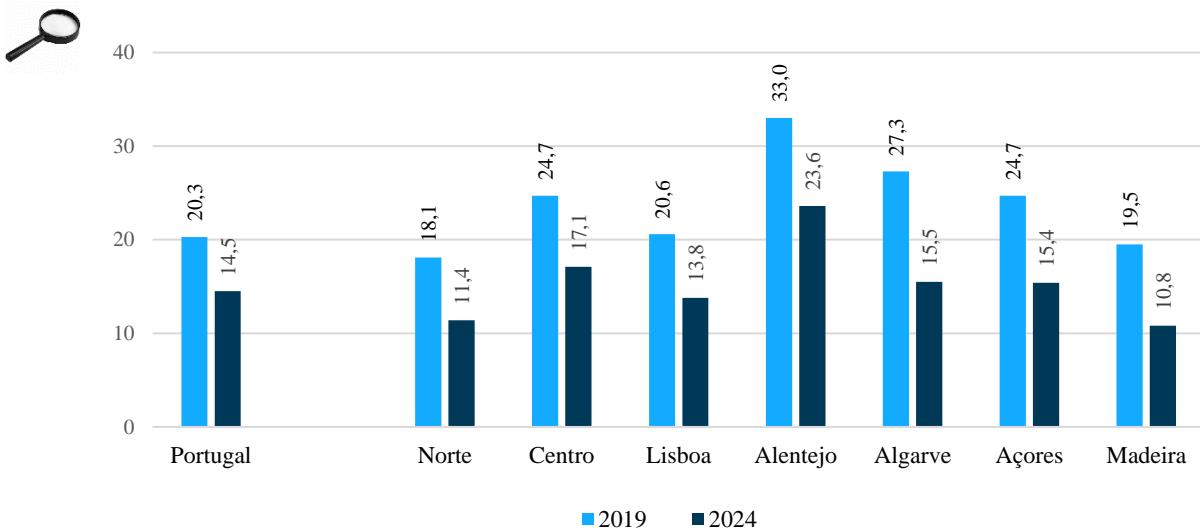
Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Figura 34. Álcool. Prevalências de padrão de embriaguez ligeira, nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

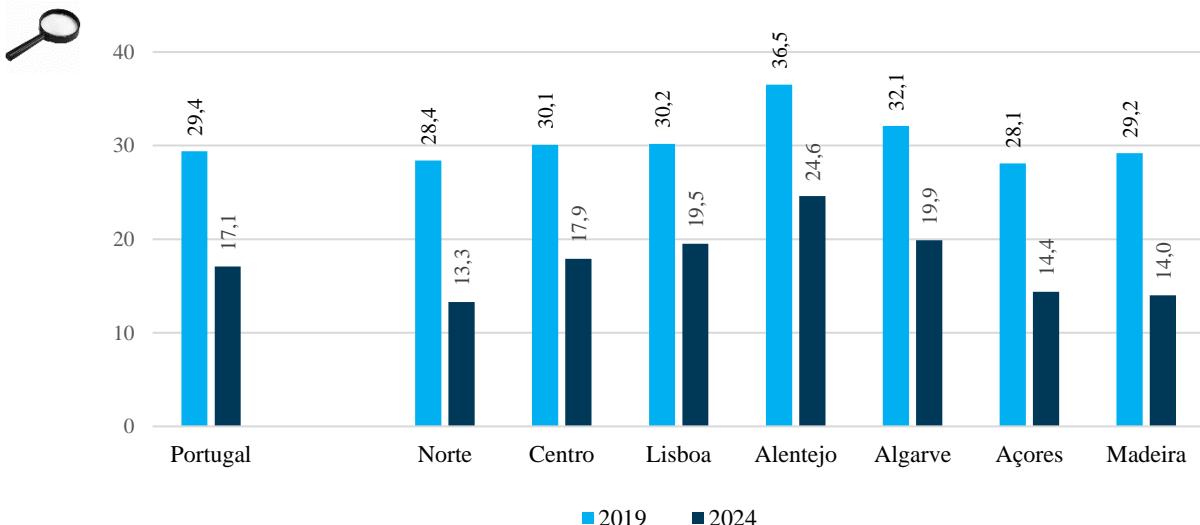
Figura 35. Álcool. Prevalências de padrão de embriaguez severa, nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Face ao último estudo, também o consumo de tabaco na sua globalidade desceu de forma muito considerável (-12pp.) a nível nacional, sendo que todas as regiões acompanham a tendência nacional. Ainda assim, o decréscimo foi mais acentuado na Madeira e no Norte (-15pp., em ambas as regiões) e menos em Lisboa (-11pp.). Em comparação com 2019, a maior descida verifica-se precisamente onde o consumo recente de tabaco era menos prevalente na anterior edição do estudo, o que faz com que, atualmente, o Norte e as Regiões Autónomas se destaquem ainda mais pelo menor consumo de tabaco do país (Figura 36).

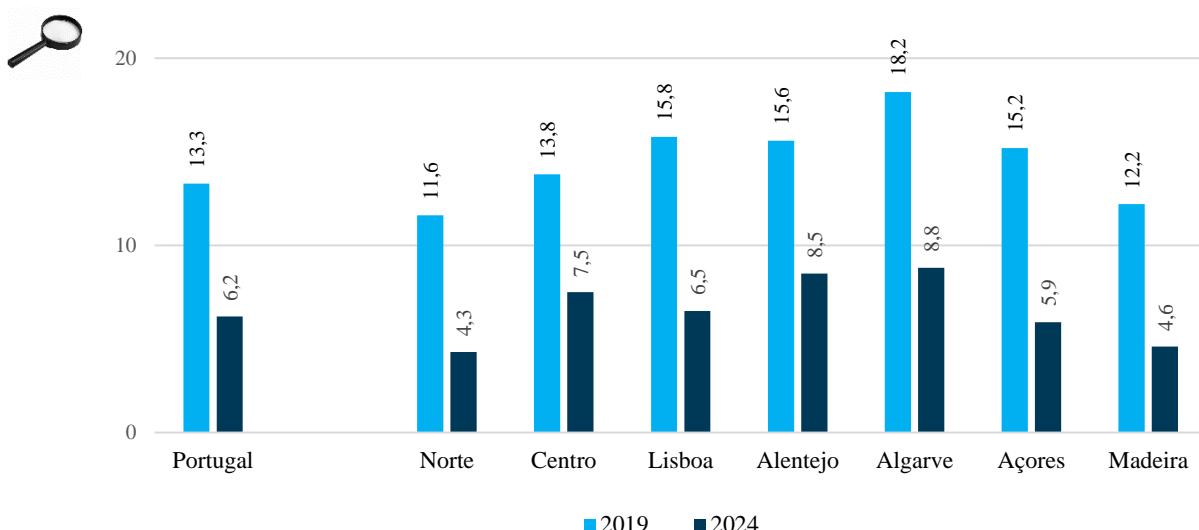
Figura 36. Tabaco. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

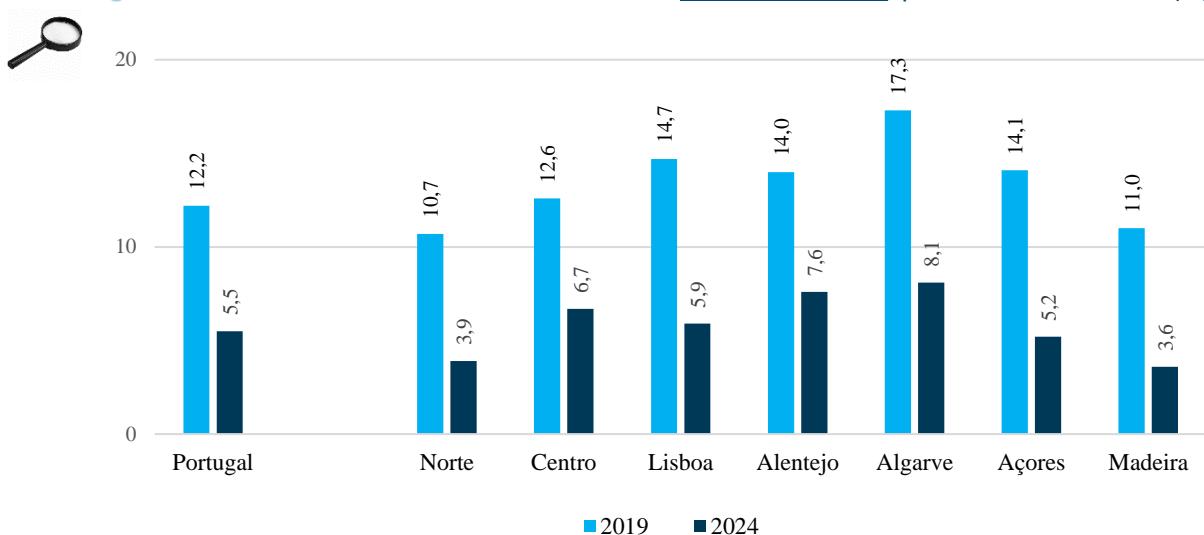
A nível nacional, a descida do consumo de drogas ilícitas entre 2019 e 2024 não foi tão expressiva em termos absolutos (-7pp.) quanto no caso do álcool e do tabaco, mas bastante significativa em termos proporcionais, uma vez que está em causa uma redução para menos de metade. Mais uma vez, todas as regiões estão em linha com a tendência nacional, sendo que a maior descida se verifica em Lisboa, Algarve e Açores (-9pp., nas três regiões) e a menor no Centro (-6pp.). Em todas as regiões, face a 2019, os valores baixaram para metade, exceto no Alentejo e no Centro, sendo a descida proporcionadamente mais expressiva no Norte e na Madeira (Figura 37).

Figura 37. Drogas. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)



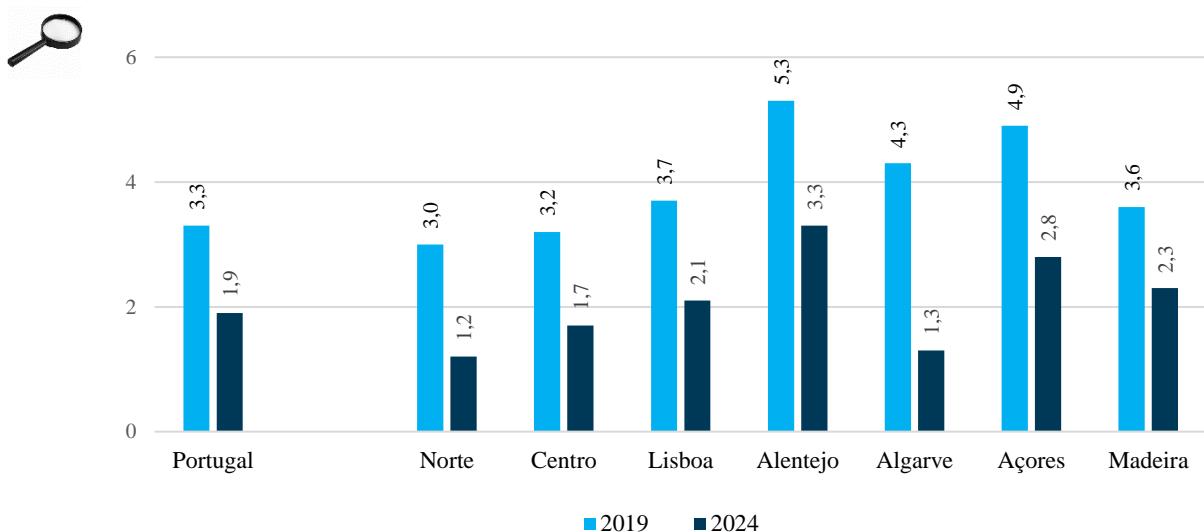
Fonte: ICAD, IP / DIMC / UEI

No que concerne ao consumo de canábis nos últimos 12 meses, indicador em que se verificou uma descida nacional de 7pp., Lisboa, Algarve e Açores destacam-se pelo maior decréscimo (-9pp.) face a 2019 e Centro e Alentejo registam o menor (-6pp.). Em termos proporcionais, face ao estudo anterior, em todas as regiões os valores baixaram para menos de metade, exceto no Alentejo e no Centro, sendo que na Região Autónoma da Madeira o valor registado em 2024 é um 1/3 do registado em 2019 (Figura 38).

Figura 38. Canábis. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)

Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

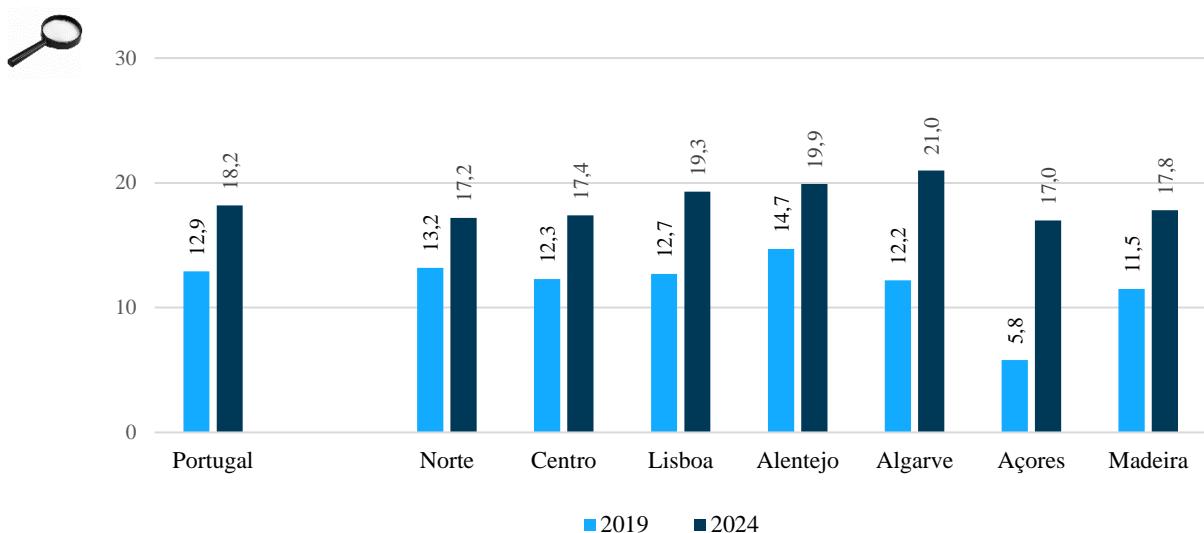
Em termos absolutos, os valores relativos ao consumo recente de outras drogas ilícitas que não canábis não se alteraram muito, tendo-se registado descidas em todas as regiões, sendo que o decréscimo variou entre -1pp., na Madeira, e -3pp., no Algarve. Em termos relativos, a maior descida verificou-se também no Algarve, onde, face a 2019, os valores baixaram para menos de 1/3, e a menor no Alentejo e na Madeira (Figura 39).

Figura 39. Outras drogas que não canábis. Prevalências de consumo nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)

Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

Em contracírculo com os outros comportamentos aditivos atrás analisados, a prática de jogo a dinheiro no último ano tornou-se mais prevalente entre os alunos, verificando-se um aumento de 5pp. no total do país. Ainda que todas as regiões acompanhem a tendência nacional, no plano regional o panorama não é o mesmo: face ao estudo anterior, a subida variou entre 4pp., no Norte, e 11pp., nos Açores. Nesta última Região Autónoma, a prevalência de jogo a dinheiro nos últimos 12 meses praticamente triplicou entre 2019 e 2024 (Figura 40).

Figura 40. Jogo. Prevalências da prática de jogo a dinheiro, nos últimos 12 meses, por NUT II: 2019-2024 (%)



Fonte: ICAD, IP. / DIMC / UEI

DISCUSSÃO E ANÁLISE

Os resultados obtidos permitem constatar que, entre os alunos do ensino público com idades entre os 13 e os 18 anos, o panorama no que aos comportamentos aditivos diz respeito não é o mesmo em todas as regiões do país, mas que, pelo contrário, se verificam discrepâncias regionais consideráveis. Em termos absolutos, estas são mais acentuadas no que respeita ao consumo de álcool, mas igualmente relevantes em termos relativos no caso do tabaco e das drogas ilícitas. Em contrapartida, relativamente ao jogo eletrónico, jogo a dinheiro e, sobretudo, ao consumo prescrito ou não-prescrito de medicamentos psicoativos, os valores tendem a ser mais aproximados entre as diferentes regiões do país.

Face ao estudo anterior, pode dizer-se que o país é hoje mais discrepante no que concerne aos comportamentos aditivos entre os jovens. De facto, em comparação com 2019, são mais os indicadores em que a diferença entre a região com a maior prevalência e a região com a menor prevalência aumentou em pontos percentuais do que o contrário. Facto que se torna ainda mais relevante considerando que globalmente os valores baixaram, alguns de forma considerável.

A discrepancia regional – que já era assinável na anterior edição do estudo – aumentou sobretudo no caso do consumo de álcool e de tabaco e também das percepções de acessibilidade, tendo diminuído, face a 2019, especialmente nos indicadores relativos à precocidade dos consumos, ao consumo de canábis e à prática de jogo a dinheiro.

O aumento das discrepancias regionais explica-se, em grande medida, por um menor desagravamento dos consumos no Alentejo face às outras regiões, fazendo com que a região se destaque cada vez mais pelo maior consumo de álcool e de tabaco do país. Em contrapartida, o mesmo não aconteceu no Algarve, região que no estudo anterior se destacava pelo maior consumo de canábis, mas que, fruto de uma descida acentuada dos valores entre 2019 e 2024, regista hoje valores mais aproximados da maior parte das regiões, ainda que continue a destacar-se pelas maiores prevalências do país no que concerne à experimentação desta substância. Por fim, vale a pena sublinhar também o caso da Região Autónoma dos Açores: era aí que, em 2019, se registava a menor prevalência de jogo a dinheiro do país, a larga distância das outras regiões, mas hoje, em virtude do maior aumento do país face ao estudo anterior, a região regista prevalências praticamente ao mesmo nível das restantes, o que explica a diminuição da discrepancia regional no que a este comportamento aditivo diz respeito.

Em suma, feito o retrato regional que este estudo permite, é visível que é na Região Autónoma da Madeira e, sobretudo, no Norte que o cenário relativo aos comportamentos aditivos entre os jovens é menos gravoso, confirmando a tendência já

identificada no estudo anterior. De facto, considerando os principais indicadores, a região Norte regista sempre prevalências inferiores ao total nacional, exceto no que concerne à experimentação de *nootrópicos* com indicação médica, caso em que o valor registado na região é marginalmente superior ao total nacional (uma diferença de apenas 0.2pp.). Também a Região Autónoma da Madeira apresenta, de uma forma geral, prevalências inferiores ao total nacional, estando acima apenas no que diz respeito ao consumo de outras drogas ilícitas que não canábis e ao jogo eletrónico. Em contrapartida, o Alentejo apresenta valores quase sempre superiores ao total nacional, exceto no que diz respeito ao jogo eletrónico (caso em que regista as prevalências menos elevadas do país). Também o Algarve regista muitas vezes valores acima do total nacional, sendo o jogo eletrónico, a ingestão de bebidas alcoólicas de uma forma *binge* e o consumo recente de outras drogas ilícitas que não canábis as principais exceções. O Centro raramente se destaca pelas maiores ou menores prevalências do país, mas é, a seguir ao Alentejo e ao Algarve, a região com a maior proporção de alunos que, no último ano, consumiram álcool, tabaco e drogas ilícitas. Por fim, Lisboa e Açores são as regiões que mais vezes ora estão acima do total nacional, ora estão abaixo, consoante o indicador em causa.

Apesar de algumas alterações face a 2019, os atuais resultados podem ser lidos como uma continuidade das conclusões da anterior edição do estudo (Calado & Lavado, 2020) e vão ao encontro do que outros estudos realizados entre a população juvenil, nomeadamente o estudo do Dia da Defesa Nacional (DDN) (Calado, Carapinha & Neto, 2025), têm concluído: no que aos comportamentos aditivos entre os jovens diz respeito, o país, apesar de pequeno em dimensão, apresenta diferenças regionais consideráveis, sendo que o cenário em algumas regiões, consoante o indicador em causa, é passível de merecer mais atenção e preocupação do que noutras.

Na sequência do que já tem sido sublinhado em estudos anteriores, tudo indica mais uma vez que cada região enfrente problemas específicos, que necessariamente se prendem com uma série de fatores de ordem multivariada. Dada a sua natureza, este estudo permite sobretudo traçar um retrato da situação regional e não tanto explicar por que motivo o cenário é mais gravoso no Alentejo e no Algarve e menos no Norte e na Madeira, por exemplo. Na medida em que as conclusões têm sido as mesmas e se verifica uma consistência dos resultados ao longo dos anos, torna-se claro que é na realidade cultural de cada região que se podem encontrar as explicações para estas discrepâncias regionais, que ainda por cima parecem estar a aumentar entre os alunos do ensino público. Além das prevalências de consumo, é necessário tomar em consideração também a precocidade da iniciação aos consumos e também as percepções da facilidade de acesso às substâncias psicoativas, dimensões que estão, em grande medida, relacionadas com valores e mentalidades predominantes a nível comunitário e até familiar.

Por fim, é necessário deixar claro que o presente relatório está centrado sobretudo nas prevalências de consumo e, mesmo que analisando também os comportamentos de risco acrescido, deixa de fora da análise em que medida tal se traduz em dependência,

problemas concretos e danos. Tal como foi feito relativamente aos dados de 2019, outros relatórios se seguirão, analisando de forma mais detalhada os dados em função de determinadas temáticas, por forma a complementar o panorama relativo aos comportamentos aditivos entre os alunos do ensino público com idades entre os 13 e os 18 anos, o que permitirá, assim se faça um cruzamento dos diferentes resultados, leituras mais abrangentes e multivariadas, incluindo de um ponto de vista regional.

Por ora, este é um retrato da situação regional ao nível dos comportamentos aditivos entre os jovens que permite questionar a realidade nas várias regiões do país, *per si* e em comparação com o total nacional, identificando e medindo a dimensão dos fenómenos e a sua evolução recente, mas que não dispensa que sejam levados em consideração fatores socioculturais mais específicos existentes em cada região.

CONCLUSÃO

O **Norte** é uma das regiões onde, tendo em conta os principais indicadores analisados, os comportamentos aditivos entre os alunos são menos prevalentes, destacando-se como aquela com a menor proporção de inquiridos que no último ano consumiram álcool, tabaco e drogas ilícitas. A região regista valores sempre inferiores ao total do país, com uma única exceção (e de forma residual): o consumo ao longo da vida de *nootrópicos* com indicação médica. É no Norte que se registam as menores prevalências de consumo de outras drogas ilícitas que não canábis e de experimentação de medicamentos psicoativos sem indicação médica, sendo também a região onde a iniciação à embriaguez e à canábis se faz menos precocemente. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de tabaco na sua globalidade (-13pp.) e a subida da prática de jogo eletrónico em dias de escola (+5pp.).

O **Centro** regista valores inferiores ao total nacional apenas no que diz respeito ao consumo recente de tabaco e à prática de jogo a dinheiro, sendo que nos restantes indicadores as prevalências são iguais ou superiores ao total do país. Considerando o conjunto dos principais indicadores analisados, a região nunca se destaca pelas menores prevalências do país e apenas no que concerne ao jogo eletrónico em dias de escola regista as maiores prevalências do país. Face ao obtido em 2019, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool e de tabaco (-12pp. e -13pp., respetivamente) e a subida da prática de jogo eletrónico (+6pp., tanto em dias de escola como em dias sem escola).

Lisboa é a região que mais vezes apresenta valores próximos do total nacional, sendo que as prevalências registadas na região estão acima da média do país sobretudo no que diz respeito ao consumo de tabaco eletrónico e *shisha*, à experimentação e ao consumo recente de canábis e também ao jogo a dinheiro. É em Lisboa que a iniciação ao consumo não-prescrito de tranquilizantes/sedativos se faz menos precocemente, sendo também a única região do país onde o consumo de tabaco eletrónico se inicia mais cedo do que o consumo de tabaco tradicional. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de bebidas alcoólicas (-16pp.) e a subida da prática de jogo a dinheiro (+7pp.).

O **Alentejo** é a região com o panorama mais gravoso, registando sempre prevalências superiores ao total nacional, exceto no caso do consumo não-prescrito de tranquilizantes/sedativos e do jogo eletrónico. A região regista as prevalências mais elevadas do país no que respeita ao consumo de álcool e comportamentos de risco associados, ao tabaco tradicional e tabaco eletrónico, outras drogas que não canábis,

tranquilizantes/sedativos com e sem indicação médica e consumo não-prescrito de *nootrópicos*. É também a região onde o acesso a álcool e tabaco dito tradicional é considerado mais fácil e o consumo de tabaco eletrónico e de tranquilizantes/sedativos e a prática de embriaguez severa se iniciam mais precocemente. Em contrapartida, o Alentejo destaca-se pelas menores prevalências de jogo eletrónico do país, sendo também a região onde a prática de videojogo é menos frequente (em número de horas diárias em dias de escola e padrão de jogo numa base diária). Face ao obtido no estudo anterior, na região, merece destaque a descida do consumo recente de tabaco de combustão (-10pp.) e a subida da prática de jogo a dinheiro (+5pp.).

O **Algarve** regista valores inferiores ao total nacional apenas no que diz respeito ao consumo recente de outras drogas que não canábis, ao *binge* e à prática de jogo eletrónico, sendo que se destaca como a região do país com as maiores prevalências de jogo a dinheiro. Embora a região apresente o consumo recente de canábis mais elevado do país, os consumidores da região destacam-se pelo menor consumo diário ou quase diário desta substância. O Algarve destaca-se também por ser a região onde o consumo de álcool e de *nootrópicos* sem indicação médica mais se faz com 13 anos ou menos, bem como é a região onde os alunos mais consideram o acesso a canábis e tabaco eletrónico fácil ou muito fácil. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool e a prática de *binge* nos últimos 30 dias (-13pp. e -12pp., respetivamente) e também a subida da prática de jogo a dinheiro (+9pp.).

A **Região Autónoma dos Açores** está acima do total nacional no que concerne ao consumo tabaco, *nootrópicos* e outras drogas que não canábis, estando abaixo no que diz respeito ao álcool e aos tranquilizantes/sedativos, bem como à prática de jogo a dinheiro. Os Açores registam as prevalências mais elevadas do país no que concerne ao jogo eletrónico em dias sem escola, sendo também a região onde a iniciação a tabaco de combustão e à canábis se faz mais cedo. Em contrapartida, é nos Açores que o jogo a dinheiro e o consumo de tabaco eletrónico são menos prevalentes e também onde o acesso ao álcool é considerado menos facilitado pelos alunos e a iniciação ao consumo não-prescrito de *nootrópicos* se faz mais tarde. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool (-15pp.) e também a subida da prática de jogo a dinheiro (+11pp.).

A **Região Autónoma da Madeira** destaca-se por ser uma das regiões onde a situação parece menos gravosa no que aos comportamentos aditivos entre os alunos diz respeito. Os únicos indicadores em que a região regista valores superiores ao total nacional dizem respeito ao consumo de outras drogas ilícitas que não canábis, ao consumo prescrito de tranquilizantes/sedativos e ao jogo eletrónico. A região regista as prevalências menos elevadas do país no que concerne ao álcool e comportamentos de risco acrescido associados, tabaco dito tradicional, canábis. É também na Madeira que o consumo precoce de álcool e de tabaco eletrónico tem menos expressão e onde menos alunos

consideram fácil ou muito fácil o acesso a canábis. Face às prevalências registadas na anterior edição do estudo, na região, merece destaque a descida do consumo recente de álcool (-14pp.) e também a subida da prática de jogo a dinheiro (+6pp.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Calado, Vasco; Carapinha, Ludmila & Neto, Helena (2025). *Comportamentos Aditivos aos 18 anos – Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional. Regiões 2024*. Lisboa: ICAD.

www.icad.pt < informação e cultura científica < estudos < CAD com e sem substância

Calado, Vasco & Lavado, Elsa (2020). *ECATD-CAD 2019. Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências: Portugal 2019. Relatório regional*. Lisboa: SICAD.

www.icad.pt < informação e cultura científica < estudos < CAD com e sem substância

ESPAD Group (2025). *ESPAD Report 2024: Results from the European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

www.espad.org < ESPAD Report 2024

Feijão, Fernanda (2017). *Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, Portugal 2015. Alunos do ensino público, de cada um dos grupos etários dos 13 aos 18 anos: resultados globais e por género*. Lisboa: SICAD.

www.icad.pt < informação e cultura científica < estudos < CAD com e sem substância

Lavado, Elsa & Calado, Vasco (2025). *ECATD-CAD. Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências. Portugal 2024. Relatório nacional*. Lisboa: ICAD.

www.icad.pt < informação e cultura científica < estudos < CAD com e sem substância



Empoderar. *Empower.*
Cuidar. *Care.*
Proteger. *Protect.*



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



ICAD
Instituto para os Comportamentos
Aditivos e as Dependências, I.P.

Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P.
Institute on Addictive Behaviours and Dependencies, P.I.
Tel: +351 211 119 000 | E-mail: icad@icad.min-saude.pt | www.icad.pt

